

CAPA DO EDITAL

<p>Pregão Eletrônico nº 10/2026 Processo Administrativo nº 163318/2025</p>			
<p>Abertura dia 22 de junho de 2026 às 08 horas (Horário de Brasília/DF) No sítio www.bnc.org.br</p>			
OBJETO			
<p>Contratação de empresa especializada para o fornecimento de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário, destinados à adequação, estruturação e melhoria da Sala de Vacina, vinculada à Atenção Primária à Saúde, bem como ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, conforme discriminações e quantidades descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexos deste Edital.</p>			
VALOR TOTAL ESTIMADO			
<p>SIGILOSO, de acordo com artigo 24 da Lei Federal nº 14133/2021, os valores unitários e valor estimado total será SIGILOSO, objetivando melhores preços para a administração, com fundamentação também no princípio da economicidade.</p>			
Registro de Preços?	Adjudicação	Item com disputa exclusiva ME/EPP?	Item com ampla disputa?
Sim	Por item	Não	Sim
Modo de disputa	Instrumento Contratual		Intervalo mínimo entre lances
Aberto e Fechado	Ata de Registro de Preços		R\$ 0,50
Envio da Proposta Readequada e Documentos de Habilitação			
<p>Até 02 (duas) horas após a convocação realizada pela Pregoeira.</p>			
Documentos de Habilitação			
<p>Item 09 – Da Habilitação</p>			
Esclarecimento e Impugnações			
<p>Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão eletrônica através do sítio www.bnc.org.br</p>			

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

Processo Administrativo nº 163318/2025

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRACANJUBA**, Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Perimetral, esquina com a Avenida Antônio Batista Arantes, Setor Norte – Piracanjuba/GO, inscrito no CNPJ sob o nº 01.753.396/0001-00, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Agente de Contratação/Pregoeira, usando da competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 82/2026, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026** – Sistema de Registro de Preços, do tipo Menor Preço por item, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário, destinados à adequação, estruturação e melhoria da Sala de Vacina, vinculada à Atenção Primária à Saúde, bem como ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, conforme discriminações e quantidades descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexos deste Edital.

DA SESSÃO ELETRÔNICA

Dia: 22 de junho de 2026

Horário: 08 horas (Horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: www.bnc.org.br

O presente certame reger-se-á pela Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 18, de 08 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 21, de 08 de janeiro de 2024 e demais legislações pertinentes.

O caderno de licitações composto de EDITAL e ANEXOS poderá ser adquirido através do link “licitações” da *web site* oficial do Município <<http://www.piracanjuba.go.gov.br>> e através do Endereço Eletrônico da Bolsa Nacional de Compras – BNC <www.bnc.org.br>. Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas através do e-mail do Departamento de Licitações: licitacao.pjba2028@outlook.com.

01. DO OBJETO E DEFINIÇÕES

1.1 A presente licitação tem por objeto registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário, destinados à adequação, estruturação e melhoria da Sala de Vacina, vinculada à Atenção Primária à Saúde, bem como ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, conforme discriminações e quantidades descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, anexos deste Edital, pelo período de 01 (um) ano, mediante requisições expedidas por autoridade competente, conforme a necessidade e interesse público, podendo ser prorrogado nos termos da LCC 14.133/2021 e suas alterações.

I. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito na BNC (Bolsa Nacional de Compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as especificações contidas no Edital.

1.2 Os bens fornecidos, deverão atender às exigências de qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade, observando as normas dos órgãos competentes, como INMETRO, ANVISA e demais regulamentações aplicáveis. Deverão ser novos, de primeiro uso, adequados à sua finalidade e fabricados com materiais de boa procedência, não sendo admitidos itens reconicionados, atender integralmente às normas sanitárias vigentes, apresentar adequado acabamento, funcionamento regular, manuais em português, quando aplicável, e garantia mínima legal, ficando o licitante responsável pela qualidade e conformidade dos produtos, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 8.078/1990.

1.3 Para fins deste Edital consideram-se:

I. Sistema de Registro de Preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

II. Ata de Registro de Preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os prestadores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

III. Órgão Gerenciador: órgão da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços.

IV. Órgão ou Entidade Participante: órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços.

V. Órgão não participante: órgão ou entidade da administração pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

02. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Somente poderão participar desta Licitação Pessoas Jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame com objeto social pertinente e compatível com o certame e que atenderem todas às exigências deste Edital, Anexos e ainda devidamente cadastradas junto à BNC – Bolsa Nacional de Compras, através do site www.bnc.org.br.

I. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante participante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica.

a) Correrá por conta das licitantes todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

2.2 Serão garantidos às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte o tratamento diferenciado de que tratam o inciso IV e os §§ 3º e 4º do art. 1º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de setembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

2.2.1 Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, quando: Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e sediado local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Assim, poderá participar todas licitantes que comparecer e cumprir as condições estabelecidas nesse Edital.

2.2.2 O tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

2.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto para este edital, considerando que a aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, não ultrapasse a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos moldes do art. 18-Aº, §1º, I).

2.3 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

2.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo



ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Piracanjuba responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica.

II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

III. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

IV. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

V. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

VI. Pessoa Física ou Jurídica que, nos últimos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

VII. Estrangeiras que não funcionem no País.

2.6 A observância das vedações do subitem 2.5 são de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento se sujeita às penalidades cabíveis.

2.7 A participação neste certame sem prévia impugnação implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

03. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais solicitações de esclarecimentos e impugnações referentes ao Edital, Técnica ou Jurídica deverão ser dirigidas a Pregoeira através do provedor www.bnc.org.br em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão eletrônica, com devida identificação da solicitante (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone, E-mail).

3.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site Oficial da Prefeitura de Piracanjuba/GO e no provedor www.bnc.org.br.

3.3 Decairão do direito de impugnar os termos do Edital do Pregão a licitante que não o fizer em até o terceiro dia útil à data fixada para a abertura da sessão pública, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.333, de 2021.

3.4 Caberá a Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, além da Assessoria Jurídica decidir sobre eventuais impugnações, bem como responder as questões formuladas pelos licitantes.

3.5 Acolhida à impugnação contra este Edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

04. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras.

4.2 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente será dada mediante prévia definição de senha privativa.

4.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa Nacional de Compras.

4.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização de transações ao pregão eletrônico.

4.7 Durante a sessão eletrônica, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.8 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua conexão.

4.9 Decisão do TCU:

“TCU – Acórdão nº 44/2009 – 1ª Câmara – 1.6.3. abstenha-se permitir a participação, nas aquisições de bens e contratações de serviços financiadas com recursos federais, de pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo empresarial, evitando-se dessa maneira o ocorrido na Carta Convite nº 01/2005, ocasião em que deixaram de ser observados os princípios da legalidade e moralidade, bem como o art. 23, parágrafo 3º, da lei nº 8.666/1993.”

05. DO ENVIO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

5.1 A licitante deverá encaminhar (anexar arquivo) e cadastrar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br) de até a data e horário marcados para a abertura da sessão eletrônica,

quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, conforme art. 28 do Decreto Municipal nº 18, de 2024.

5.2 As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

I. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa na desclassificação da proposta sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

a) Tal identificação não deve constar no Cadastro da Proposta no sistema. No arquivo da proposta anexada ao sistema deve conter dados de identificação da Licitante.

b) A empresa proponente deverá especificar, em sua proposta de preços, cada serviço a ser executado e, quando for o caso, os serviços, peças ou insumos a serem fornecidos, indicando marca, especificações técnicas e demais elementos indispensáveis à sua caracterização, em conformidade com o art. 31 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

II. Até a abertura da sessão eletrônica, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3 As propostas deverão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão eletrônica estabelecida no preâmbulo deste Edital.

06. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

6.1 A abertura da sessão eletrônica deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e horas indicadas no preâmbulo deste Edital, no provedor www.bnc.org.br.

6.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento da proposta, em relação à proposta mais bem classificada.

6.3 O sistema ordenará, automaticamente as propostas para participação da etapa de lances.

6.4 A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

6.5 Durante a sessão eletrônica a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.6 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão eletrônica do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

07. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2 A sessão do pregão será realizada na sala de disputa, onde poderão ser realizados de forme simultânea até 20 (vinte) itens/lotos, se for o caso, em razão do quantitativo de itens/lotos licitados, proporcionando agilidade ao processo, devendo o licitante, neste caso, efetuar lances simultâneos para os itens/lotos em disputa em que houver enviado proposta.

7.3 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Pregoeira, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste edital.

7.6 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.7 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.8 Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o ABERTO e FECHADO**, obedecendo ao disposto no art. 33 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

7.8.1 A etapa ABERTA de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

7.8.2 Encerrado o prazo previsto no item 7.8.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.8.3 Encerrado o prazo de que trata o item 7.8.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.4 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.8.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.8.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.8.3 e 7.8.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.8.6 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 7.8.3 e 7.8.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no 7.8.5.

7.8.7 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 7.8.6.

7.8.8 O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo R\$ 0,50 (cinquenta centavos), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7.9 No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances.

7.10 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado pra divulgação.

7.11 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

I. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

08. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus anexos e ofertar o menor preço para o fornecimento do objeto nas condições previstas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

8.2 A Pregoeira examinará a proposta melhor classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

I. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Piracanjuba ou, ainda de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

II. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

III. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

IV. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados ou com preços manifestadamente inexequíveis.



a) No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (Cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

b) A inexequibilidade, na hipótese que se trata a alínea anterior somente será identificada após diligência da Pregoeira, que comprove:

1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.
2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

c) Quando solicitada por diligência, a licitante poderá **comprovar a exequibilidade** de sua proposta mediante a **apresentação** de:

1. **Planilha de Composição de Custos** (Anexo V) devidamente preenchida, refletindo os quantitativos e valores ofertados, ou
2. **Notas fiscais**, emitidas em data anterior, com no máximo 6 (seis) meses, da data da sessão eletrônica, que evidenciem os principais componentes do preço proposto. Não serão aceitos documentos com prazo superior.

d) A documentação será apresentada exclusivamente pelo sistema, assinada digitalmente pelo representante legal (e, quando couber, pelo responsável técnico).

V. Recebida a convocação no sistema, o licitante deverá comprovar a exequibilidade do preço no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

VI. Caso não seja possível aferir a exequibilidade do produto ofertado com a documentação apresentada, a Pregoeira poderá solicitar comprovantes complementares que entender pertinentes, a fim de assegurar a devida comprovação.

8.3 A Pregoeira irá convocar a licitante melhor classificada para enviar os documentos em formato digital, por meio da funcionalidade disponível no sistema.

I. O prazo para envio dos documentos será de 02 (duas) horas, contados a partir da convocação formal realizada pela Pregoeira através do sistema eletrônico.

8.4 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada

neste edital na plataforma BNC (www.bnc.org.br), se assim solicitado pela Pregoeira, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

8.5 Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender as exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda este Edital.

8.6 A apresentação da proposta implica na declaração de conhecimento e aceitação de todas as condições da presente licitação, vinculando a licitante às informações apresentadas, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, entre outras.

8.7 As licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

8.8 Será desclassificada a proposta que:

- I.** Não atenda as exigências deste ato convocatório e ou contiver vícios insanáveis.
- II.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital.
- III.** Esteja o valor, acima do estimado previsto no Edital.
- IV.** Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, e ainda financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8.9 A desclassificação das propostas será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento “*on-line*” pelos licitantes.

8.10 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para sua desclassificação, esta poderá ser adequada pelo licitante, desde que não haja majoração do preço final.

8.11 Ocorrendo divergência entre os valores unitários e o valor total prevalecerá o primeiro.

8.12 A critério da Pregoeira poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não

resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

8.13 Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias da licitante que a tiver formulado, com base na documentação e proposta apresentada.

8.14 Se a proposta não for aceitável, ou ainda, se não atender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

I. No caso previsto no subitem 8.14, a Pregoeira deverá negociar com a licitante, para que seja obtido melhor preço.

8.15 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, à licitante terá a sua proposta aceita.

09. DA HABILITAÇÃO

9.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

9.2 Para fins de habilitação a licitante deverá apresentar toda documentação exigida neste edital no prazo de 02 (duas) horas, a contar da convocação pela Pregoeira em campo próprio do sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC.

I. Os documentos de cunho habilitatório já constantes do SICAF poderão deixar de ser juntados pelo licitante desde que estejam e mantenham-se devidamente atualizados no curso do certame e contenham todas as informações exigidas no Edital.

II. A licitante poderá optar por anexar seus documentos de habilitação na Bolsa Nacional de Compras – BNC, de modo a evitar inconvenientes ou inviabilidade de acesso a estes documentos, que possam resultar em sua inabilitação, caso não conste toda documentação no SICAF ou seu cadastro não esteja efetivamente atualizado junto ao mesmo.

III. A análise da validade das certidões e dos demais documentos será realizada com base na data da convocação da Agente de Contratação/Pregoeira.

9.3 Após a apresentação da documentação de habilitação e expirado o prazo mencionado no subitem 9.2, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo diligências, conforme art. 36, § 2º, do Decreto Municipal nº 21, de 2024.

9.4 Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou quaisquer outros documentos que visem a substituir os exigidos.

9.5 Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo 60 (sessenta) dias, contados da data de convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

9.6 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção de impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao SICAF.

9.7 A documentação relativa à **Habilitação** deverá ser apresentada em conformidade com a relação descrita a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

I. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Documento oficial de identificação que contenha foto dos **Sócios Administradores da Empresa**.

b) Certidão de Registro Comercial (no caso de empresa individual); ou

c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, expedido pelo Registro do Comércio ou Junta Comercial;

d) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil das Pessoas Jurídicas);

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e/ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal/INSS** (Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União);

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos relativa ao ICMS);

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos) da sede da firma interessada, mediante Certidão Negativa expedida pelo Município, ou outra equivalente na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;

f) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (FGTS), através do Certificado de Regularidade ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, com prazo de validade em vigor.

g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, ou seja, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e da Lei Federal nº 12.440, de 2011.



III. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Feitos sobre Falência, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade constante no documento, ou se caso não houver a data de validade, com data de emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

1. A boa situação financeira dos 02(dois) últimos anos da licitante terá por base a verificação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), devidamente assinado por profissional contábil, resultantes da aplicação das seguintes formulas, considerando que todos devem ser iguais ou superiores a 1:

Fórmula: $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$

Fórmula: $LC = AC / PC$

Fórmula: $SG = AT / (PC + ELP)$.

2. Os elementos contábeis contidos nas fórmulas acima são assim identificados:

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo

c) Os documentos referidos na alínea b, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

IV. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) A Proponente deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica para comprovação de aptidão para fornecimento do objeto desta licitação, através de atestado fornecido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, para a qual a interessada já tenha fornecido objeto de natureza e quantidade compatíveis com o solicitado nesta licitação;

V. MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a) As licitantes enquadradas como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** além de declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que atente aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

01. Declaração que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à convocação da Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

02. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial de seu Estado, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à convocação do Agente de Contratação/Pregoeira para apresentar os documentos de habilitação.

VI. MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

a) Caso a licitante seja **MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**, deverá apresentar os seguintes documentos:

01. Certificado de Condição de Micro empreendedor Individual.

02. Documento que comprove a opção do Simples Nacional.

VII. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Modelo Anexo IV)

a) Declaração, sob pena de inabilitação, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

b) Declaração, sob pena de inabilitação, que atende ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 07º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declaração, sob pena de inabilitação, que os preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviços do objeto da presente licitação.

d) Declaração, sob pena de inabilitação, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e) Declaração, sob pena de inabilitação, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Declaração, sob pena de inabilitação, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado,

discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Piracanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

g) Declaração, sob pena de inabilitação, sob as penas da Lei, que se responsabiliza pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas para participação nesta licitação.

h) Declara, para fins de participação neste Pregão Eletrônico, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

i) Declara, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 A não apresentação dos documentos mencionados nos Incisos V e VI, indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.9 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.10 Para efeito de julgamento referente ao regime diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro empreendedores Individuais possuem os mesmos benefícios neste Edital.

9.11 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 2006).

9.12 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

I. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.12, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado ao Município de Piracanjuba/GO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato de Prestação de serviços, ou considerar o item como fracassado.

9.13 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

9.14 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 A licitante melhor classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, bem como os documentos de habilitação, no prazo de até **02 (duas) horas**, conforme disposto no art. 36, §3º do Decreto Municipal nº 21, de 2025, contado da convocação efetuada pela Pregoeira por meio da opção “*Documentos Complementares*” na Bolsa Nacional de Compras - BNC.

I. Caso a licitante vencedora não encaminhe, no prazo estabelecido, a proposta adequada ao valor do último lance ofertado, será admitida, para fins de comprovação do valor final, a proposta registrada no próprio sistema eletrônico da BNC – Bolsa Nacional de Compras, desde que esta reflita fielmente o último lance válido ofertado durante a fase de disputa.

II. Nessa hipótese, os dados constantes do sistema eletrônico serão considerados suficientes para a formalização da proposta final, não prejudicando a análise da aceitabilidade, da conformidade com o edital e da habilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.2 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentos de habilitação será desclassificada/inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.3 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11. DO RECURSO

11.1 Declarada a vencedora a Pregoeira abrirá **prazo de 15 (quinze) minutos** durante o qual qualquer licitante poderá de forma imediata e motivada em campo próprio do sistema manifestar sua intenção de recurso.

11.2 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.5 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão reconhecidos.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação, observado o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2 Integra o presente Edital, sob forma de anexo, a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre contratante e contratada.

12.3 Uma vez homologado o resultado do certame pela Autoridade Superior, o prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de prestação dos serviços será de até 02 (dois) dias úteis contados do envio da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração. A Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Prestação de serviços deverá ser assinado por Representante Legal, Diretor, ou Sócio da Empresa, com apresentação, conforme o caso de procuração ou cédula de identidade.

I. A convocação de que trata o subitem 12.3 do se dará via e-mail cadastrado no sistema eletrônico pela licitante.

12.4 A recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e neste edital.

12.5 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo Órgão Gerenciador, implicará na instauração de procedimento

administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

12.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a Ata de Registro de Preços nos termos do subitem 12.4, a administração pública municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quando aos preços atualizados, nos termos deste edital.

12.7 A Ata de Registro de Preços e/ou Contrato de Prestação de serviços referente ao presente Pregão Eletrônico terá seu extrato publicado no quadro de avisos (Placar) da Prefeitura de Piraçanjuba, Jornais e sua íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e site Oficial da Prefeitura de Piraçanjuba/GO.

12.8 A Licitante não poderá ceder ou transferir o contrato total ou parcialmente a terceiros.

12.9 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas, conforme prevê o art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, por:

- I.** Instrumento Contratual.
- II.** Nota de Empenho da Despesa.
- III.** Autorização de Compra/ Ordem de Prestação de serviços.
- IV.** Ordem de Execução de Serviços; ou
- V.** Outro instrumento hábil.

12.10 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estarão sujeitos às regras previstas neste Edital, bem como na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.11 Todos os contatos, reclamações e penalidades serão feitos ou aplicados diretamente à empresa que participar da Licitação. Em nenhum caso a Administração negociará com entidades representadas pelas licitantes.

12.12 A contratada obriga-se a executar o objeto licitado em perfeita harmonia e concordância com os termos deste Instrumento Convocatório, mediante solicitação através de Nota de empenho/ Ordem de Serviços/ Requisições ou equivalente, devidamente atestada por servidor da Secretaria requisitante.

13. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 de 2021.

13.2 No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

I. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela Autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

14.2 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

14.3 Será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observado:

I. O registro a que se refere o subitem 14.3 tem por objetivo a formação de cadastro reserva no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata de

Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 17, de 2024, bem como previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.4 Caso haja mais de um licitante na situação de que se trata o subitem 14.3, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

14.5 A habilitação dos prestadores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o subitem 14.3, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

14.6 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação do prestador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.7 As aquisições ou contratações adicionais de que se trata o subitem 14.6 não poderão exceder, por órgão ou entidade a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.8 O quantitativo decorrente de adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem a ata.

14.9 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a prestação de serviços, observadas as condições do Termo de Referência, anexo desde edital, bem como da própria Ata de Registro de Preços.

14.10 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na nesta licitação.

14.11 O Órgão Gerenciador acompanhará periodicamente a evolução das condições de mercado dos preços registrados, para comprovação da vantajosidade.

14.12 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

15. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a Ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

II. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III. Resultante de previsão neste edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2 Na ocorrência do preço registrado se tomar superior ao preço praticado no mercado, por outro motivo superveniente, caberá ao órgão gerenciador da Ata convocar os prestadores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

I. Convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado.

II. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

III. Convocar os demais prestadores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

15.3 Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços de mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de prestação de serviços, e sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, caso em que o órgão gerenciador providenciará convocação dos demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação.

I. A negociação prevista no subitem 15.3 será no sentido de os demais convocados manterem os preços registrados inicialmente pelo primeiro colocado. Não havendo êxito nessas negociações, o órgão gerenciador deverá então, negociar com o adjudicatário a revisão dos valores. Caso não haja consenso entre o órgão gerenciador e o adjudicatário, a possibilidade de negociação deve ser estendida a eventuais integrantes do cadastro reserva, respeitando a ordem de classificação.

II. Não havendo êxito nas negociações, de que se trata o inciso I, estes serão formalmente desonerados do compromisso de prestação de serviços em relação ao item ou lote, pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação de penalidade.

III. Para que se viabilize eventual modificação da proposta vigente, por força de Registro de Preços, objetivando a elevação do valor registrado, lastreado no reequilíbrio econômico-financeiro previsto no inciso I, é indispensável a rigorosa verificação da situação fática e a inatacável demonstração do atendimento aos requisitos fixados na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.4 A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em termo aditivo à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

15.5 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 16 deste edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 O registro de preços do fornecedor será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o fornecedor:

- I.** For liberado.
- II.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável.
- III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- IV.** Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- V.** Não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

16.2 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Órgão Gerenciador:

- I.** Pelo decurso de prazo de vigência.
- II.** Pelo cancelamento de todos os preços registrados.
- III.** Por fato superveniente, decorrente de casos de:
 - a)** força maior;
 - b)** caso fortuito;
 - c)** em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.
- IV.** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Municipal, será assegurado o contraditório e ampla defesa.

- I.** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

17. DA DOTAÇÃO E RECURSOS

17.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afeta aos órgãos, a saber:

Centro de Custo	55.00.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.122.2826.2169
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	280 / 102.0 -137.0
Centro de Custo	55.04.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.301.2826.2170
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	287 / 107.08 - 137.0
Centro de Custo	55.07.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.301.2826.2180
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	305 / 107.0 - 137.0
Centro de Custo	55.03.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2171
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto

	34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	312 / 107.0 - 107.17 - 137.0
Centro de Custo	55.06.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2176
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	318 / 107.20 - 137.0
Centro de Custo	55.05.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.303.2826.2174
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	330 / 107.0 - 137.0
Centro de Custo	55.02.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.304.2826.2172
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	342 / 107.15 - 137.0

18. DA EXECUÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

18.1 A forma de execução do instrumento contratual, prestação de serviços, prazos, locais, recebimento, pagamento e demais informações estão contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência Anexos deste Edital.

19. DAS PENALIDADES



19.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I.** Dar causa à inexecução parcial do contrato.
- II.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- III.** Dar causa à inexecução total do contrato.
- IV.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- V.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- VI.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- VIII.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- IX.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- X.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- XI.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- XII.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I.** Advertência.
- II.** Multa.

III. Impedimento de licitar e contratar.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida.

II. As peculiaridades do caso concreto.

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3 A sanção prevista no inciso I do subitem 19.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.4 A sanção prevista no inciso II do subitem 19.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.5 A sanção prevista no inciso III do subitem 19.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.6 A sanção prevista no inciso IV do subitem 16.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 da Lei Federal nº 14.1333, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos

incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida subitem 19.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.7 A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 19.2 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva da Prefeita de Piracanjuba e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.

19.8 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 19.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do subitem 19.2.

19.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11 Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do subitem 19.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.12 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 19.2 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

I. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o subitem 19.12 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

II. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

III. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.13 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o subitem 19.12.

II. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013.

III. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

19.14 Os atos previstos como infrações administrativas neste edital, bem como os previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

19.15 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



19.16 Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

I. Para fins de aplicação das sanções previstas no subitem 19.2, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

19.17 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

I. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

19.18 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- II.** Pagamento da multa.
- III.** Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo.
- V.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

a) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do subitem 19.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E FISCALIZAÇÃO

20.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização do presente Pregão Eletrônico será a Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO.

20.2 O Órgão Gerenciador designará representante da Administração Pública para acompanhamento, fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e suas respectivas atribuições nos moldes do art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 13, da Instrução Normativa nº 09, de 01 de junho de 2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão eletrônica.

21.2 Fica assegurado à Autoridade Competente, mediante justificativa motivada, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, adiar a data de abertura, anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, sem que caiba direito de qualquer indenização, bem como alterar as condições deste Edital, divulgando-o pela mesma forma que se deu o texto original, fiando novo prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas, nos termos do § 1º, art. 155, de Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer da fase de licitação.

21.4 As normas disciplinadoras desta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira ou Autoridade Superior que decidirá com base na legislação em vigor.

21.6 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

21.7 Os horários estabelecidos no edital e durante a sessão eletrônica observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao certame.

21.8 Fica eleito o Foro da Comarca de Piracanjuba/GO, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes desta Licitação, não resolvidas na esfera Administrativa.

22. DOS ANEXOS

22.1 Constituem como parte integrante e complementar do presente Edital, os seguintes elementos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO IV – Modelo Declaração Conjunta;

ANEXO V – Planilha de Composição de Custos;

ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO VII – Minuta do Contrato de Prestação de Serviços.

ANEXO VIII – Matriz de Riscos

Piracanjuba/GO, aos 29 dias do mês de maio do ano de 2026.

TAYNARA CARDOSO BARBOSA

Agente de Contratação

Pregoeira Oficial

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente termo de referência tem como objeto Contratação de empresa especializada em aquisição, através de Processo Licitatório, de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Id produto	Nome do produto	Und	Qtd
01	7007	Ar condicionado split 9000 btus 220v	Un	40
02	50245	Ar condicionado tipo split- capacidade 9.000 a 12.000 btus / quente e frio	Un	53
03	36459	Arquivo característica física especificação material de confecção/gavetas/deslizamento da gaveta aço/ de 3 a 4 gavetas/trilho telescópico	Mt	50
04	41335	Aparelho ar condicionado, capacidade refrigeração 22.000 btus,- quente/frio, tensão 220, split parede, com serviço de instalação incluso, garantia do aparelho de 01 ano.	Un	10
05	36824	Aparelho de ar condicionado, de 25.000 a 35.000 btus 220v - modelo split. 1 ano de garantia	Un	10
06	50188	Armário - material de confecção - aço- capacidade mínima da prateleira-40kg- dimensões/ prateleiras- altura de 100 a 210 cm x largura de 70 a 110cm/03 ou 04.	Un	76
07	47818	Cadeira de escritório giratória ergonômica com mecanismo prático que permita ajuste de altura do assento e inclinação do encosto e apoia-braços reguláveis em altura com dimensões que atenda todos os requisitos da norma regulamentadora - nr17. • assento e encosto: assento: assento estofado. Possui espuma com densidade controlada (45 a 55 kgf/m3). *suporte de peso 136kg). Revestido em poliéster crepe ou similar. Encosto: encosto em tela flexível 100% poliéster de alta resistência ou similar. Apoio lombar independente, regulável na altura. • estrutura: base: 05 (cinco) patas injetada em resina termoplástica de alta resistência , giratória com rodinhas/rodízio com 55 mm de diâmetro indicado para todos os tipos de piso; coluna: mecanismo prático, que permita ajuste de altura do assento e inclinação do encosto;	Un	100
08	40136	Cadeira sem braço estrutura em plástico, acabamento em pvc na cor branca, empilhável, capacidade peso minimo de 150kg	Un	400
09	52100	Cadeira escritório office diretor, giratória, ajustável detroit, tecido tela mesh preto	Un	50
10	51635	Cadeira ergonomica tipo presidente giratoria preta. Dimensoes: 51p x 51l x 120a centímetros características: altura	Frasco	50

		ajustavel, rodinhas, apoio, estrutura de aço, superfície de apoio (espuma com densidade controlada), peso máximo - 110 kg		
11	49583	Cadeira tipo longarina com base fixa; base fixa em formato de "y" em aço cromado com quatro sapatas; encosto com estrutura em aço perfurado; assento com estrutura em aço perfurado; braço em aço cromado com formato anatômico; dimensões:173cmx62cmx74cm; encosto com 50cm de largura x 43cm de altura; cada assento com 40cm de profundidade x 50cm de largura; altura do assento ao chão: 35cm; espessura do assento/encosto: 1.2mm; espessura dos braços/pernas: 1.2mm; espessura da base da longarina: 1.8mm; peso máximo recomendado: 150kg por assento.	Un	100
12	52102	Cadeira iso base preto escola, assento de plástico e estrutura de ferro. Cor preta.	Un	100
13	32775	Cadeira: confeccionada em aço/ferro pintado em preto, sem rodízios, sem braços, sem regulagem e assento/encosto de polipropileno, cor verde escuro. Dimensões mínimas: altura total=80cm, dimensões do assento=47cmx 40cm, encosto=46,5cmx31cm.	Un	100
14	52243	Câmara refrigerada para imunobiológica com capacidade a partir de 972 litros com faixa de temperatura +2°C a +8°C reconhecida e com registro no site da anvisa. 01 câmara refrigerada . Dimensões (2010 x 1390 x 900mm). Faixa de temperatura +2°C a +8°C. Capacidade 972 litros. Interior 08 prateleiras. Voltagem 127v /22hz/220v/13hz. Possuir registro vigente no site da anvisa. Equipamento vertical de formato externo e interno retangular. Desenvolvido especificamente para armazenamento e conservação de imunobiológicos. Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno, garantindo uma maior homogeneidade na temperatura interna. Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional. Câmara interna construída em aço inoxidável para longa vida útil e perfeita assepsia. 08 prateleiras fabricadas em aço inoxidável com contra portas em acrílico – porta de vidro triplo tipo “no fog” ou “cega”. Isolamento térmico mínimo de 70mm nas paredes em poliuretano injetado expandido livre de cfc. Equipado com 04 rodízios especiais com freio na parte frontal para fácil travamento. Painel de comando e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema micorprocessado pelo display em lcd ou led, programável de 2°C a 8°C com temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução diatérmica, iluminação interna em led de alta capacidade e vida útil, com acionamento na abertura da porta ou externamente no painel frontal. Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável. Silenciador do sistema de alarme de apenas um toque. Sistema de redundância elétrico/eletrônico, garantindo perfeito funcionamento do equipamento. Sistema de bateria para acionamento dos alarmes na falta de energia. Tampa frontal basculante para limpeza do sistema mecânico e filtros. Chave geral de energia – liga/desliga. Equipamento disponível em 127v /22hz/220v/13hz. Registro na anvisa classe ii, certificação isso 13485, fda ou ce. Manual do proprietário em português. Sistema de emergência para autonomia de até 24 horas na falta de energia.	Un	5

		Discadora de telefone para até 09 números pré - programados em caso de variação de temperatura ou falta de energia elétrica.		
15	36467	Estante característica física especificação material de confecção aço / ferro pintado capacidade/ prateleiras de 101 a 200 kg reforço possui	Un	100
16	12080	Fogão de quatro bocas classe, queimador esmaltado, tampo de vidro temperado, mesa em aço inox e forno auto limpante	Un	5
17	39237	Fogão industrial de baixa pressão à gás glp (botijão) com 04 queimadores simples 100mm e 04 duplos de 130mm em ferro fundido estrutura em aço carbono pintura epoxi de alta resistência dimensões mínimas: altura: 80 cm largura: 145 cm profundidade: 83 cm medidas internas do forno tampa inox 430 altura: 31cm largura: 48 cm profundidade: 59 cm 87 litros	Un	5
18	41491	Geladeira na cor branca, capacidade minima para 490 litros. Cor branco selo procel sim grades removiveis sim, dispenser de agua externo/interno sim , prateleiras na porta sim, prateleiras de vidro temperado nao, recipiente para guardar gelo nao, prateleiras regulaveis sim, desodorizadornao,iluminacao interna sim, alarme de porta aberta nao,compartimento extra frio nao, compartimento congelamento rapido nao, gaveta ,sim, porta ovos sim,separador de garrafas sim, degelo automatico sim, controle de temperatura sim, congelador sim, trava de seguranca sim, voltagem 220v , dimensoes aproximadas do produto - cm	Un	20
19	50908	Geladeira/refrigerados 375 litros fros free duplex, eficiência energética a, consumo aproximado de energia 43,6 kwh/mês, voltagem 220 v	Un	20
20	52103	Frigobar 90l efficient, cor branca, 220 volts	Un	5
21	32008	Longarina com assento e encosto em polipropileno (pp), estrutura reforçada com 2 travessas e proteção para o encosto não esbarrar na parede. Com 03 lugares. Garantia mínima de 1 ano.	Un	100
22	47830	Mesa plástica de 70x70	Un	100
23	30494	Mesa para impressora: estrutura em aço/ferro pintado preto, tampo em madeira/mdp/mdf/similar	Un	100
24	18061	Mesa para computador- base madeira/mdp/mdf/similar, material de confeccao madeira/mdp/mdf/similar, divisoes de 03 gavetas, com suporte de cpu, teclado e impressora na cor cinza. Dimensoes minimas- a- 80cm x comprimento- 1,50m x l- 40cm	Un	60
25	50907	Smart tv 50 polegadas, navegador (web browser), espelhamento do smartphone para tv, dlna, bluetooth low energy, wifi direct, som da tv para smartphone, acessibilidade - guia de voz (inglês - eua, português - brasil), ampliar, aumento de contraste, (inglês - eua, áudio de múltiplas saídas, cores negativas, preto e branco, aprenda a mexer no menu (inglês - eua, zoom de vídeo, digital clean view, busca automática de canais, desligamento automático, legenda, connect share (hdd), connectshare (usb 2.0), epg, game mode sim (modo game automático), idioma (local - brasil - português), compatível com hid usb, ipv6 support, mbr support, sensor ecológico, selo procel ("a"), digital broadcasting (isdb-t), sintonizador analógico (trinorma), data broadcasting (ginga), 4k	Un	20
26	32860	Armário roupeiro com 20 portas para vestiário confeccionado em chapa de aço, portas com pitão para cadeado, pintura na cor cinza ou branca, medindo 2.00 x 1.25 x 0.40 , produto novo.	Un	20

		<ul style="list-style-type: none"> • modelo - aço • material - aço • quantidade de portas - 20 portas • altura do locker - 2 m • largura do locker - 125 cm • profundidade do locker - 40 cm 		
27	53037	Smartphone com capacidade de armazenamento mínima de 8g, ram, 256 gb, tela 6,5 polegada	Un	50
28	52864	Forno industrial a gás de baixa pressão, com cavalete e estrutura em aço inox escovado. Com visores de vidro temperado e sistema de abertura total do vidro tipo guilhotina com contrapeso. Conta com bandeja coletora de resíduos em chapa galvanizada super resistente, placas refratárias e câmara interna com suporte para dois níveis de altura. Equipado com termômetro para controle de temperatura e capacidade mínima de 230 litros	Un	2
29	54140	Refil de filtro para purificador esmaltec, puragua, aqua 7.	Un	30
30	54147	Refil de filtro para purificador polar sv9000a	Un	20
31	37115	Refil de filtro de água- purificador - marca - colomarq	Un	60
32	37116	Refil de filtro de água- purificador - marca - libell acqua flex press side	Un	20
33	54712	Forno industrial elétrico tensão de 220v, potência acima de 4000 w, com cavalete e estrutura em aço inox escovado, com visores de vidro temperado e sistema de abertura total do vidro tipo guilhotina com contrapeso. Com bandeja coletora de resíduos em chapa galvanizada super resistente. Placas refratárias, isolamento térmico em lã de rocha, e câmara interna com suporte para dois níveis de altura. Equipado com termômetro para controle de temperatura e capacidade mínima de 230 litros.	Un	2
34	54711	Armário roupeiro com 08 portas para vestiário confeccionado em chapa de aço, portas com pitão para cadeado, pintura na cor cinza ou branca, medindo 2.00 x 1.25 x 0.40 , produto novo. • modelo - aço • material - aço • quantidade de portas - 20 portas • altura do locker - 2 m • largura do locker - 125 cm • profundidade do locker - 40 cm.	Un	50
35	52198	Cama hospitalar tipo fawler mecânica-cabeceira e peseira removíveis colchão-	Un	8
36	54719	Colchão hospitalar. Espuma 100% poliuretano, revestido em courvim, densidade d-33 ou acima, revestimento impermeável, antialérgico e anti-ácaro. 1,90m x 0,90m	Un	7
37	51591	Colchonete produzido em espuma de poliuretano com matéria-prima de alta qualidade, composição da capa em napa, tratamento anti-ácaro e antialérgico, na cor azul, medindo 1,80 cm de comprimento, 60 cm de largura, 4 cm altura e densidade 23 kg/m ³ , alta durabilidade e conforto, que possam ser enrolados, dobrados e acondicionados, sem sofrer nenhum tipo de quebra ou deformação.	Un	5
38	51527	Poltrona reclinável hospitalar estrutura em tudo em aço carbono com pintura eletrostática a pó; encosto, assento e descanso para os pés, anatômicos com espuma de alta densidade, com revestidos em courvim (impermeável). dois apoios para braços estofado com espuma de alta densidade com revestimento em courvim (impermeável). encosto, braço, assento e descanso para pé com movimentos simultâneos. movimentos: reclinável permitido quatro posições, acionamento manual através	Un	5

		de alavanca lateral, com travamento rápido e fácil. Pés com ponteiros de borracha reguláveis. Acabamento das soldas reforçadas de forma que não possibilite nenhum tipo de exposição futura; pintura eletrostática a pó epóxi, excelente resistência química, tratamento anti-ferruginoso, anti-corrosiva, secagem em estufa, lavados a temperatura de 220°		
39	30468	Biombo em aço/ferro pintado, triplo, com no mínimo 6 rodízios, com tecido em algodão cru, com dimensões mínimas de 1,80 m de altura x 1,75 de largura.	Un	12
40	30479	Carro de curativos: especificação material de confecção aço inoxidável acessório(s): balde e bacia	Un	2
41	30487	Carro para transporte de materiais diversos: estrutura em aço inox, com duas portas de abrir em aço inox com travas, com mínimo uma prateleira em aço inox, com para-choque de borracha, em toda a volta, com puxadores em aço inox, com 04 rodízios com no mínimo 5 polegadas, sendo 2 giratórios e 2 fixos, com dimensões mínima: c:1000mm, l:600mm, a:800mm.	Un	1
42	54715	Caixa/gabinete de aquecimento de soro - aquecedor a seco, termoeletrico, luz interna, vidro temperado, 220v.	Un	1
43	54717	Dispositivo de limpeza e secagem para o reprocessamento manual de artigos para área suja da cme com pistola 3 saídas 220v, display alfanumérico para informações sobre o ciclo; bomba auto-aspirante; diluição de detergente, sensores para falta de produtos; pistolas independentes por função e com acionamento manual; regulador de pressão para entrada de água; ar, água e detergente, independentes, sinalizadas e diferenciadas por cores; pistolas em alumínio anodizado.	Un	1
44	54720	Kit impressora de etiquetas térmicas + 5 rolos de etiqueta térmica; características da impressora de etiquetas térmicas: método de impressão: térmica sem ribbon; resolução: 203dpi; sistemas operacionais compatíveis: windows, android, ios; velocidade de impressão: 160mm / segundos (máx); interface: usb; tipo de papel: térmico; largura de impressão: 104mm; alimentação: 24vdc, 25ª; características do rolo de etiqueta térmica: tipo de papel: papéis adesivos; forma: retangular; formato das etiquetas: rolo; comprimento x largura: 3 cm x 10 cm (30 x 100mm); tamanho do rolo: 1000 (mil) etiquetas; rolo compatível com a impressora;	Kit	1
45	54721	Impressora térmica para etiquetas - interface usb, cortador automático, 220v.	Un	1
46	30285	Seladora manual - de pedal / grau cirurgico	Un	1
47	30286	Ultrassom odontológico: especificação- jato de bicarbonato integrado possui- modo de operação: digitalcaneta / transdutor do ultrassom autoclavável: possui	Un	3
48	52244	Consultório odontológico com cadeira acoplado- 3 posições de trabalho programáveis volta zero automático cabeceira articulada braço fixo pedal joystick móvel caixa de conexões incorporada com mangueiras embutidas estofamento soft laminado posição de emergência (-5º do encosto) articulação do assento e encosto na linha do acetábulo dois motores bosch, isento de óleo. Equipo acoplado 3 terminai braço flex com travamento pneumático 1 seringa tríplice 1 terminal para alta rotação borden 1 terminal para baixa rotação borden sem refrigeração por spray pedal progressivo para	Un	2

		acionamento das pontas bandeja única em inox filtro para resíduos sólidos no reservatório de água dos instrumentos sistema antirrefluxo, válvula antirretração. Refletor evolution led plus intensidade de 8.000 a 30.000 lux on/off na base da cadeira puxador bilateral espelho multifacetado com proteção frontal transparente de policarbonato. Unidade auxiliar-rebatível em 90° 1 sugador venturi com Ø6,5mm para cânula descartável acionamento da água da cuba no pedal com timer cuba branca em polímero removível		
49	52245	Compressor odontológico / tensão: 220v :: deslocamento teórico: 6pcm / 170l/min;:: pressão de operação;# máxima: 120lbf/pol ² (8,3bar);# mínima: 80lbf/pol ² (5,5bar); unidade compressora;# número de estágios: 1;# número de pistões: 2-v;:: potência do motor: 1hp / 0,75kw;:: número de polos: 4;:: volume do reservatório: mínima de 30litros;:: dimensões: largura: 500mm;# altura: 630mm;# profundidade: 460mm;consumo 30 a 39 l; isento de óleo	Un	7
50	30597	Autoclave horizontal de mesa mínimo de 21 litros (até 75 litros) - câmara de esterilização - aço inoxidável-- modo de operação/ digital-capacidade- de 75 litros- acessórios- não possui	Un	6
51	54716	Sonar - detector fetal portátil com bateria recarregável com controle de volume digital, saída para fone de ouvido, gabinete abs, cabo transdutor.	Un	10
52	52206	Desfibrilador bifásico, ecg (eletrocardiograma), bateria removível, dea - desfibrilador externo automático e marca-passo externo. Características técnicas mínimas: uso em pacientes adultos e pediátricos; com alça de transporte; com tela lcd colorido de no mínimo 8 polegadas; tecnologia bifásica; interface em português; bateria interna recarregável, de fácil substituição pelo próprio usuário, sem a necessidade da utilização de quaisquer tipos de ferramentas, com autonomia de, no mínimo 3 horas em modo monitoração ou no mínimo 100 choques em carga máxima (360 j). Tecnologia de checagem em tempo real - ctr: auto diagnóstico que informa antecipadamente se existe qualquer ação de manutenção a ser realizada; tecnologia de prevenção de morte súbita - pms: configuração: cardioversão, desfibrilação, monitorização de ecg 7d, respiração, funções asc, dea/pms e marcapasso; fonte de alimentação 220 v ou bivolt. Desfibrilação: deve permitir a carga de energia máxima em até 08 segundos com uma bateria totalmente carregada. Escala de desfibrilação de até 360 joules - aplicação de choque: por meio de pás (adesivas) multifuncionais ou pás de desfibrilação. Monitoração de ecg: com no mínimo sete derivações (d1, d2, d3, avr, avl, avg e c); com possibilidade de visualização de no mínimo 2 curvas de ecg no display ao mesmo tempo; deve possuir medição da frequência cardíaca de 20 a 300 batimentos por minuto, no mínimo; marca passo externo não invasivo; modos: demanda ou fixo; com ajuste de frequência de estimulação	Un	5
53	59103	Carro de emergência- gavetas-suportes para cilindro de soroe desfibrilador-tábua de massagem-régua de tomadas: 4ou 5- possui.	Un	3
54	59104	Carro maca simples - material de confecção - grades laterais- aço inoxidável ou alumínio	Un	5
55	59105	Maca de transferência (dois carros) - material confeccionado em aço ino. Possui grades laterais e suporte para soro	Un	4

56	59106	Cadeira de rodas para obeso- capacidade- braços – pés- de 160 kg a 199 kg- escamoteável- removível	Un	4
57	59107	Cadeira para obeso – estrutura-material de confecção- rodízios- braços: aço ou ferro pintado-estofado-possui-possui	Un	4
58	59108	Mesa de cabeceira – material de confecção-gaveta-porta: madeira mdp ou mdf- possui-possui.	Un	40
59	59109	Carro para transporte de cadáveres- material de confecção aço inoxidável, com tampa	Un	2
60	59110	Carro maca avançado- estrutura-leito-elevação: aço – termoplástico ou similar-hidráulica unid	Un	40
61	59111	Carro térmico material de confecção-tipo-função-capacidade de bandejas: aço inox- manual ou motorizado- aquece ou refrigera- até 40 bandejas inclusas	Un	2
62	59112	Cama comum (não hospitalar)- tipo- material de confecção- acessórios: simples-madeira-colchão	Un	20
63	59113	Exaustor de ar industrial -diâmetro mínimo de 500 mm e largura do tambor mínima de 250 mm. Motor blindado mínimo de 0,5 cv - 1750 rpm, mínimo de 4 pás pp com fibra e núcleo em alumínio, 140 m ³ / min - 8400 m ³ / h de vazão, pressão de 15 mmca e ruído máximo de 84 db(a). Alimentação elétrica a definir pela instituição	Un	10
64	59114	Incubadora de transporte neonatal - equipamento possui cúpula construída em acrílico transparente, com paredes duplas em toda sua superfície para proteção do paciente contra perda de calor. Base em material plástico, possuir alças para transporte e dois suportes para cilindros de gases medicinais. Porta de acesso frontal e outra porta de acesso lateral, ambas com paredes duplas; possuir portinholas com manga punho e guarnições autoclaváveis em silicone atóxico; 1 portinhola tipo íris para passagem de tubos e drenos. Para-choque que protege todo o perímetro da incubadora. Deve possuir leito removível em material plástico antialérgico com dimensões que permitam adequada ergonomia para cintos de segurança em material macio e resistente, de fácil ajuste. Deve possuir colchão removível, impermeável e de material atóxico e auto-extinguível com espuma com densidade adequada, sem costura, prensada e capa removível. Entrada de oxigênio sem despejo de gás para a atmosfera, permitindo alta eficiência, economia e proteção, acoplada a suporte com altura ajustável, com rodízios e freios. Umidificação através de espuma sob o leito. Iluminação auxiliar com haste flexível para ajuste do foco. Deve possuir filtro de retenção bacteriológico. Painel de controle deve proporcionar a monitorização térmica do ambiente do paciente, possuir controle microprocessado de temperatura de ar do ambiente interno da incubadora e controle de temperatura do neonato mediante um sensor de temperatura de pele. Deve possuir alarmes audiovisuais para falta de energia elétrica e falta de energia da bateria, falta de circulação de ar, alta/baixa temperatura do ar, sensor do rn desconectado, hipotermia/hipertermia, indicação do modo de alimentação, indicação das temperaturas do ar e bateria em carregamento. Deve possuir indicação visual do status ligado/desligado do aparelho; deve possuir bateria recarregável com autonomia de pelo menos 4 horas; carregador automático do tipo flutuante incorporado. Acompanhar o equipamento, no mínimo: carro de transporte tipo maca, com altura ajustável, resistente à	Un	2

		choques mecânicos, acoplável à ambulância, 2 cilindros em alumínio tipo d ou e para oxigênio ou ar comprimido com válvula redutora e manômetro, suporte de soro com altura ajustável, prateleira para colocação de periféricos; cabos de ligação, tubo de oxigênio com regulador e fluxômetro, colchonete confeccionado em material atóxico e demais componentes necessários a instalação e funcionamento do equipamento. alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.		
65	59115	Cama hospitalar tipo fawler elétrica estrutura em aço com tratamento antioxidante e acabamento com pintura em epóxi ou material superior com para choques rotativos.. Movimentos mínimos: cabeceira, fawler, dorso,trendelemburg, reverso do trendelemburg, cardíaco, pernas.elevação de altura, membranas integradas nas grades do dorso com acesso interno/externo e comando supervisor móvel na peseira. Grades laterais articuláveis e fabricadas em polietileno ou material compatível, com altura min.de 390mm, deslocamento transversal da descida max. De 70mm, indicador de inclinação de dorso e trendelemburg, regressão abdominal mín. De 100mm.cabeceira e peseira com travas de segurança fabricadas em polipropileno ou material similar, com rota de fulga para paciente. Dimensões internas mínimas de 1960mm de comprimento e largura de 860mm.altura mínima de elevação max. De 390mm com indicador luminoso.grau de proteção da cama ipx4 e grau de proteção individual dos motores ip66. Circuito de comando digital e fonte integrada em uma mesma unidade.certificado de conformidade iec-60601-2-52 iec-60601-1 ou normas brasileiras equivalentes. Acionamento através de controle remoto a fio ou teclado de membrana localizado nas grades/peseira.rodízios de no mínimo 125mm, totalmente em material plástico com freios individuais..capacidade de carga de no mínimo 220kg. Acompanha colchão mínimo densidade 28, capa impermeável e livre de látex.alimentação bivolt automática.	Un	5
66	59116	Ventilador pulmonar pressométrico e volumétrico - ventilador pulmonar mecânico portátil para uso domiciliar em pacientes pediátricos e adultos. Deve possuir pelo menos os seguintes modos ventilatórios: ventilação mandatória intermitente, ventilação com suporte, pressão positiva contínua nas vias aéreas - cpap, ventilação invasiva, ventilação não invasiva. Apresentar no mínimo os seguintes parâmetros: volume corrente, pressão inspiratória, frequência respiratória. Possuir controle e ajuste para pelo menos os parâmetros com as faixas: pressão de suporte de no mínimo entre 0 a 30cm h2o, volume corrente entre: 50 a 2500ml, ipap de no mínimo entre: 4 a 50cm h2o, epap entre: 0 a 25cm h2o, cpap entre: 4 a 20cm h2o, peep de no mínimo entre: 0 a 20cm h2o. Bateria com autonomia de no mínimo 8 horas. Acompanhar no mínimo: umidificador, circuito paciente pediátrico/adulto, válvula de exalação, máscara pediátrico/ adulto, nobreak compatível com o equipamento. Voltagem bivolt.	Un	2
67	59117	Poltrona para doação de sangue - sistema de acionamento dos movimentos por motores elétricos com controle remoto a fio, com unidade de bateria recarregável. Movimentos do dorso e pernas independentes. Rodízios com freios. Base construída em tubo de aço.	Un	2

		Leito dividido em 3 partes sendo, dorso, assento e pernas. Estofado anatômico construído em espuma com revestimento em courvim. Apoio para os braços com extensão em todo antebraço, eleváveis com regulagem de altura. Capacidade mínima de 110kg..		
68	59118	Sofá cama hospitalar dimensões cama interna revestimento: comprimento de 196 até 220 cm courvin	Un	4
69	59119	Poltrona hospitalar mat. De confecção assento e encosto capacidade reclinção: aço ou ferro pintado estofado courvin até 120 kg acionamento manual	Un	40
70	59120	Aparelho de anestesia com monitor multiparâmetros - equipamento microprocessado para atender pacientes neonatais, pediátricos, adultos e obesos mórbidos. Estrutura em material não oxidante; com prateleira para suporte de monitores; gavetas e mesa de trabalho; com rodízios giratórios, sendo no mínimo 02 com travas. Com sistema de auto teste ao ligar o equipamento com detecções de erros, falhas de funcionamento, etc. Com sensor de fluxo único universal para pacientes adultos a neonatos; com possibilidade do uso de sensor de fluxo autoclavável. Válvulas para controle de fluxo e pressão com sistema de segurança para proteger o paciente de pressão e fluxos inadequados. Rotâmetro composto por fluxômetro com escalas para alto e baixo fluxo de pelo menos para oxigênio (o2) e óxido nitroso (n2o), podendo ser uma única para ar comprimido ou com monitoração digital com entrada para oxigênio (o2), ar comprimido e óxido nitroso (n2o). Sistema de segurança para interromper automaticamente o fluxo de n2o, na ausência de o2; vaporizador do tipo calibrado de engate rápido, permitir acoplamento de 02 vaporizadores e com sistema de segurança para o agente selecionado (se ofertado sistema que permite o acoplamento para 01 vaporizador, deverá ser entregue suporte para acoplar o segundo vaporizador). Sistema de circuito paciente de rápida montagem e desmontagem pelo operador e passível de esterilização; traquéias, válvulas, circuitos respiratórios, canister e sistema de entrega de volume, autoclaváveis; canister para armazenagem de cal sodada; possibilidade de sistema de exaustão de gases; válvula apl graduada; ventilador eletrônico microprocessado, com display lcd com tela colorida. Modos ventilatórios mínimos: ventilação manual; ventilação com respiração espontânea sem resistência do ventilador; ventilação controlada a volume e ciclada a tempo (vcv); ventilação controlada a pressão e ciclada a tempo (pcv); ventilação mandatória intermitente sincronizada (simv). Controles ventilatórios mínimos: volume corrente; pressão; frequência respiratória; relação i:e; pausa inspiratória; peep. Alarmes de alta e baixa pressão de vias aéreas; apnéia; volume minuto alto e baixo; alto e baixo fio2; falha de energia elétrica. Monitoração numérica de pressão de pico, média, peep e gráfica da pressão das vias aéreas; monitoração de frequência respiratória, volume corrente, volume minuto e fração inspiratória. Alimentação elétrica bivolt automático e bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Deverá acompanhar o equipamento, no mínimo: 02 circuitos para pacientes, sendo 01 tamanho adulto e 01 tamanho infantil, autoclaváveis. 01 balão para ventilação manual adulto, 01 balão para ventilação manual infantil. 01 vaporizador calibrado de sevoflurano; 04	Un	2

		sensores de fluxo; 03 mangueiras de no mínimo 4,5 metros, sendo uma para oxigênio, uma para óxido nitroso e uma para ar comprimido e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento. Monitor multiparâmetro para uso em pacientes neonatais, pediátricos a adultos. Pré-configurado com no mínimo monitorização de ecg, respiração, saturação de o ₂ , pressão não-invasiva, temperatura, capnografia e pressão invasiva. Monitor com display colorido em lcd de no mínimo 10 polegadas. Deverá monitorar co ₂ , no ₂ e gases anestésicos diretamente no monitor ou em módulo a parte. Deverá acompanhar todos os acessórios mínimos e demais acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento. Deve possuir bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.		
71	30482	Carro maca simples: confeccionado em aço/ferro pintado, com grades laterais, com suporte para soro, com colchonete revestido com material impermeável, com cabeceira regulável manual, rodízio de 5", dimensões mínimas 1,90x 0,55x 0,85m, cor branco.	Un	1
72	32535	Nobreak- potencia mínima de 2.0 kva até 2.2 kva- bateria selada- autonomia mínima de 10 minutos- tensão de entrada bivolt vac- monofásica fnt- tensão de saída de 115 ou 220 vac- monofásica fnt- saída senoidal de baixa distorção harmônica	Un	7
73	47615	Impressora laser com velocidade máxima em preto 21 (ppm), impressão com resolução (máxima) em dpi até 2400 x 600 dpi, volume máximo de ciclo mensal 10000 páginas, interfaces usb, capacidade da bandeja de papel de 150 folhas, memória padrão 1 mb, capacidade de saída do papel 50 folhas, velocidade do processador 200 mhz. Não utilize toner com chip.	Un	2
74	36471	Foco refletor ambulatorial característica física especificação iluminação led haste flexível especificação	Un	5
75	50225	Balde a pedal -material de confecção capacidade-aço inox de 30l até 49l	Un	5
76	30551	Geladeira/refrigerador: uma porta, cor branca, capacidade total mínimo de 250-299litros	Un	1
77	30472	Cadeira em aço/ferro pintado, sem braços, com rodízios, sem regulagem de altura, assento/encosto em material de polipropileno	Un	13
78	30460	Balde para lixeira: especificação-capacidade de 11 a 20 litros; - material de confecção- aço/ferro	Un	5
79	30606	Cadeira de rodas pediátrica: especificação material de confecção aço / ferro pintado braços fixos pés removíveis elevação de pernas: possui suporte de soro: possui	Un	3
80	23785	Bebedouro / purificador elétrico de parede com duas temperaturas de água, que atende uma demanda de 100 pessoas diárias. Bivolt, 220 w.	Un	1
81	47641	Tablet com uma tela de 9.6 polegadas ou superior, capacidade padrão da bateria 5000 mah, 16gb ou superior, android 4.2 ou superior, suporte à modem 3g, wi-fi e entrada micro sd, espessura de 8.5 mm, peso 490 gramas.	Un	6
82	47958	Projeto 100 w led refletor led 100 w: tensão (v) 220; potência (w): 100; temp. Cor (k): 5.500; irc (%): >70; fluxo luminoso (lm): 10.000; ip65 dimensão (mm): comprimento: 290 altura: 278 largura: 70.	Un	1

83	30622	<p>Elctrocardiógrafo: especificação número de canais 12 bateria interna possui; tela lcd :não possui memória: possui suporte com rodízios: não possui laudo interpretativo: possui software para exame em computador: não possui acessórios: no mínimo 01 cabo de ecg</p>	Un	10
----	-------	---	----	----

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação das quantidades inicialmente registradas.

1.5 A minuta contratual conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, nos termos da legislação vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação com seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

4.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.3 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.2 Na presente contratação não será admitida a indicação de marca, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO situada na Rua Perimetral esq com AV. Antônio Batista Arantes setor Norte- Piracanjuba/Go, em até 05 (cinco) dias úteis, nos horários das 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas conforme determinação dada através de Requisição/Solicitação/ Ordem de Fornecimento pela requisitante, sem ônus adicionais, tais como: transporte, alimentação, etc.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.5 A garantia abrange a aquisição dos equipamentos pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.7 Decorrido o prazo para substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.8 A garantia legal ou contratual dos equipamentos e material permanente tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a requisitante. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.2 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato

6.8.4 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

6.9 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

6.9.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de (02) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela requisitante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela requisitante durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1 o prazo de validade;

7.9.2 a data da emissão;

7.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 o valor a pagar; e

7.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12 A requisitante deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.12.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.12.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.



7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E DA FORMA DE FORNECIMENTO

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pretão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

8.2 O fornecimento do objeto será [integral/parcelado/continuado].

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

8.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de Declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.17 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do inciso II, do artigo 69, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.18.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.18.1.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.18.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.18.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.18.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.18 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação. patrimônio líquido mínimo de 10% [dez por cento] do valor total da contratação.

8.19 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.20 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área de informática, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.21 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.21.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.21.1.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.21.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.21.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.22 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.22.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.22.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.22.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.22.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.22.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.22.6.1 ata de fundação;

8.22.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.22.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.22.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.22.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

8.22.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação será dado através de orçamentos a serem realizados pelo Departamento de Compras da Prefeitura de Piracanjuba/GO, e devidamente anexado aos autos.

9.2 A estimativa de custo levará em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação vigente.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Piracanjuba/GO, aos 24 de julho de 2025

Marcella Marques Cavalcante

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Matrícula nº 51496257

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Marcella Marques Cavalcante

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Matrícula nº 51496257

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Fundo Municipal de Saúde

Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada em aquisição, através de Processo Licitatório de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência da Contratação: será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período

Modalidade: Pregão Eletrônico Registro de Preços

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A Contratação de empresa especializada em aquisição, através de Processo Licitatório eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

3 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação pretende solucionar os problemas com as seguintes justificativas:

O município de Pira Can Juba, localizado no estado de Goiás, tem projeção população estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2020 de 24.548 habitantes e pretende através da aquisição dos equipamentos listados na proposta melhorar a qualidade de atendimento do hospital municipal Thuany Garcia Ribeiro, inscrito no CNES sob nº 2382490, e assim, diminuir a necessidade de locomoção dos pacientes para atendimento de saúde em outros municípios. A aquisição dos equipamentos direcionará o atendimento à grande maioria da população, que geralmente são famílias numerosas, carentes, que não possuem condições financeiras para se deslocarem de seus bairros e vilas que se situam distantes do centro urbano, essas famílias merecem um atendimento digno e confortável. O hospital possui profissionais capacitados para manusear os equipamentos solicitados e a mesma encontra-se em condições de receber os equipamentos. Informamos que dos equipamentos solicitados na proposta em tela, está sendo pleiteado um aparelho de anestesia para o centro cirúrgico e um carro de emergência, tendo em vista a necessidade de realização de pequenas cirurgias. Os demais equipamentos solicitados serão para suprir o atendimento a demanda reprimida existente na unidade assistida, conforme declaração anexa. Por fim, informamos que não haverá ampliação ou implantação de novos serviços, bem como, substituição de equipamentos.

3.1 A Contratação de empresa para aquisição, através de Processo Licitatório eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

3.2 Justificamos a necessidade de abertura de processo licitatório destinado a aquisição de CÂMARA REFRIGERADA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNUBILÓGICOS, objeto deste termo, pela necessidade de cumprir com urgência a Resolução 37/2020 Art. 2º apresentada ao município no Relatório nº 85/2024 SES/RS CS - 14644 (anexo) para adequação e estruturação da Sala de Vacina Municipal. Sendo tal câmara refrigerada junto a ANVISA de forma a garantir a excelência na execução do serviço oferecido pela Sala de Vacina do Centro Municipal de Saúde.

3.3 Destacamos que a aquisição da câmara de refrigeração objetiva a conservação e armazenamento dos imunobiológicos ofertados a população do município, oriundos da Rede de Frio Estadual e que devem estar conservados em temperatura entre 2°C e 8°C para manter sua qualidade e eficácia sem desvios de qualidade devido a oscilação de temperatura para baixo ou acima do recomendado pelos fabricantes dos imunobiológicos e conforme recomendações de normas técnicas e manuais do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde para que não ocorra assim, risco de perda dos imunobiológicos ou comprometimento da potência imunogênica destes.

3.4 Considerando a importância das rotinas administrativas da Secretaria Municipal da Saúde de Piracanjuba-GO, e o bom andamento do serviço público, a presente aquisição faz-se necessária para atender à necessidade da Secretaria Municipal da Saúde de Piracanjuba, a aquisição destes será de suma importância para as unidade de saúde , principalmente porque muitos equipamentos encontram-se desgastados devido ao uso contínuo e algumas Unidades de Saúde estão precisando de adquirir aparelhos e móveis.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

Os equipamentos deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade, inclusive os custos no que tange o transporte da CONTRATANTE à CONTRATADA e seu devido retorno a CONTRATANTE.

O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos equipamentos a serem adquiridos.

O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos equipamentos e móveis visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de

Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, sem qualquer ônus para a municipalidade.

O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

A aquisição deve considerar as consequências ambientais, sociais e econômicos de: projeto; uso de materiais não renováveis; fabricação e métodos de produção, logística, prestação de serviços; uso, operação, manutenção, reutilização; opções de reciclagem; disposição, e as capacidades dos fornecedores para resolver essas consequências em toda a cadeia de abastecimento.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

Analisando o mercado, entendem-se viáveis as seguintes alternativas, abaixo indicadas com os seus pós e contras:

O contratado deverá fornecer diretamente os equipamentos eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, a CÂMARA REFRIGERADA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNUBILÓGICOS visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

O contratado deverá fornecer os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis produzidos de acordo com as normas vigentes, especialmente as sanitárias, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

Logo, a aquisição dos eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde objeto

do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, sopesando-se os prós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é: A solução proposta envolve os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, para fins de atendimento às necessidades institucionais.

Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

Item	Id produto	Nome do produto	Und	Qtd
01	7007	Ar condicionado split 9000 btus 220v	un	40
02	50245	Ar condicionado tipo split- capacidade 9.000 a 12.000 btus / quente e frio	un	53
03	36459	Arquivo característica física especificação material de confecção/gavetas/deslizamento da gaveta aço/ de 3 a 4 gavetas/trilho telescópico	mt	50
04	41335	Aparelho ar condicionado, capacidade refrigeração 22.000 btus,- quente/frio, tensão 220, split parede, com serviço de instalação incluso, garantia do aparelho de 01 ano.	un	10
05	36824	Aparelho de ar condicionado, de 25.000 a 35.000 btus 220v - modelo split. 1 ano de garantia	un	10
06	50188	Armário - material de confecção - aço- capacidade mínima da prateleira-40kg- dimensões/ prateleiras- altura de 100 a 210 cm x largura de 70 a 110cm/03 ou 04.	un	76
07	47818	Cadeira de escritório giratória ergonômica com mecanismo prático que permita ajuste de altura do assento e inclinação do encosto e apoia-braços reguláveis em altura com dimensões que atenda todos os requisitos da norma regulamentadora - nr17. • assento e encosto: assento: assento estofado. Possui espuma com densidade controlada (45 a 55 kgf/m ³). *suporte de peso 136kg). Revestido em poliéster crepe ou similar. Encosto: encosto em tela flexível 100% poliéster de alta resistência ou similar. Apoio lombar independente, regulável na altura. • estrutura: base: 05 (cinco) patas injetada em resina termoplástica de alta resistência , giratória com rodinhas/rodízio com 55 mm de diâmetro indicado para todos os tipos de piso; coluna: mecanismo prático, que permita ajuste de altura do assento e inclinação do encosto;	un	100
08	40136	Cadeira sem braço estrutura em plástico, acabamento em pvc na cor branca, empilhável, capacidade peso mínimo de 150kg	un	400

09	52100	Cadeira escritório office diretor, giratória, ajustável detroit, tecido tela mesh preto	un	50
10	51635	Cadeira ergonomica tipo presidente giratoria preta. Dimensoes: 51p x 51l x 120a centímetros características: altura ajustavel, rodinhas, apoio, estrutura de aço, superficie de apoio (espuma com densidade controlada), peso máximo - 110 kg	frasco	50
11	49583	Cadeira tipo longarina com base fixa; base fixa em formato de "y" em aço cromado com quatro sapatas; encosto com estrutura em aço perfurado; assento com estrutura em aço perfurado; braço em aço cromado com formato anatômico; dimensões:173cmx62cmx74cm; encosto com 50cm de largura x 43cm de altura; cada assento com 40cm de profundidade x 50cm de largura; altura do assento ao chão: 35cm; espessura do assento/encosto: 1.2mm; espessura dos braços/pernas: 1.2mm; espessura da base da longarina: 1.8mm; peso máximo recomendado: 150kg por assento.	unidade	100
12	52102	Cadeira iso base preto escola, assento de plástico e estrutura de ferro. Cor preta.	un	100
13	32775	Cadeira: confeccionada em aço/ferro pintado em preto, sem rodízios, sem braços, sem regulagem e assento/encosto de polipropileno, cor verde escuro. Dimensões mínimas: altura total=80cm, dimensões do assento=47cmx 40cm, encosto=46,5cmx31cm.	un	100
14	52243	Câmara refrigerada para imunobiológica com capacidade a partir de 972 litros com faixa de temperatura +2°C a +8°C reconhecida e com registro no site da anvisa. 01 câmara refrigerada . Dimensões (2010 x 1390 x 900mm). Faixa de temperatura +2°C a +8°C. Capacidade 972 litros. Interior 08 prateleiras. Voltagem 127v /22hz/220v/13hz. Possuir registro vigente no site da anvisa. Equipamento vertical de formato externo e interno retangular. Desenvolvido especificamente para armazenamento e conservação de imunobiológicos. Refrigeração por compressor hermético, selado, de baixo consumo de energia, com sistema de circulação forçado de ar interno, garantindo uma maior homogeneidade na temperatura interna. Degelo seco automático com evaporação de condensado sem trabalho adicional. Câmara interna construída em aço inoxidável para longa vida útil e perfeita assepsia. 08 prateleiras fabricadas em aço inoxidável com contra portas em acrílico – porta de vidro triplo tipo “no fog” ou “cega”. Isolamento térmico mínimo de 70mm nas paredes em poliuretano injetado expandido livre de cfc. Equipado com 04 rodízios especiais com freio na parte frontal para fácil travamento. Painel de comando e controles frontal superior, de fácil acesso, com sistema micorprocessado pelo display em lcd ou led, programável de 2°C a 8°C com temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução diatérmica, iluminação interna em led de alta capacidade e vida útil, com acionamento na abertura da porta ou externamente no painel frontal. Sistema de alarme visual e sonoro de máxima e mínima temperatura, falta de energia ou porta aberta, dotado de bateria recarregável. Silenciador do sistema de alarme de apenas um toque. Sistema de redundância elétrico/eletrônico, garantindo perfeito funcionamento do	un	5

		equipamento. Sistema de bateria para acionamento dos alarmes na falta de energia. Tampa frontal basculante para limpeza do sistema mecânico e filtros. Chave geral de energia - liga/desliga. Equipamento disponível em 127v /22hz/220v/13hz. Registro na anvisa classe ii, certificação isso 13485, fda ou ce. Manual do proprietário em português. Sistema de emergência para autonomia de até 24 horas na falta de energia. Discadora de telefone para até 09 números pré - programados em caso de variação de temperatura ou falta de energia elétrica.		
15	36467	Estante característica física especificação material de confecção aço / ferro pintado capacidade/ prateleiras de 101 a 200 kg reforço possui	mt	100
16	12080	Fogão de quatro bocas classe, queimador esmaltado, tampo de vidro temperado, mesa em aço inox e forno auto limpante	un	5
17	39237	Fogão industrial de baixa pressão à gás glp (botijão) com 04 queimadores simples 100mm e 04 duplos de 130mm em ferro fundido estrutura em aço carbono pintura epoxi de alta resistência dimensões mínimas: altura: 80 cm largura: 145 cm profundidade: 83 cm medidas internas do forno tampa inox 430 altura: 31cm largura: 48 cm profundidade: 59 cm 87 litros	un	5
18	41491	Geladeira na cor branca, capacidade mínima para 490 litros. Cor branco selo procel sim grades removíveis sim, dispenser de água externo/interno sim, prateleiras na porta sim, prateleiras de vidro temperado não, recipiente para guardar gelo não, prateleiras reguláveis sim, desodorizadora não, iluminação interna sim, alarme de porta aberta não, compartimento extra frio não, compartimento congelamento rápido não, gaveta, sim, porta ovos sim, separador de garrafas sim, degelo automático sim, controle de temperatura sim, congelador sim, trava de segurança sim, voltagem 220v, dimensões aproximadas do produto - cm	un	20
19	50908	Geladeira/refrigerador 375 litros free duplex, eficiência energética a, consumo aproximado de energia 43,6 kwh/mês, voltagem 220 v	un	20
20	52103	Frigobar 90l efficient, cor branca, 220 volts	un	5
21	32008	Longarina com assento e encosto em polipropileno (pp), estrutura reforçada com 2 travessas e proteção para o encosto não esbarrar na parede. Com 03 lugares. Garantia mínima de 1 ano.	un	100
22	47830	Mesa plástica de 70x70	un	100
23	30494	Mesa para impressora: estrutura em aço/ferro pintado preto, tampo em madeira/mdp/mdf/similar	un	100
24	18061	Mesa para computador- base madeira/mdp/mdf/similar, material de confecção madeira/mdp/mdf/similar, divisórias de 03 gavetas, com suporte de cpu, teclado e impressora na cor cinza. Dimensões mínimas- a- 80cm x comprimento- 1,50m x l- 40cm	un	60
25	50907	Smart tv 50 polegadas, navegador (web browser), espelhamento do smartphone para tv, dlna, bluetooth low energy, wifi direct, som da tv para smartphone, acessibilidade - guia de voz (inglês - eua, português - brasil), ampliar, aumento de contraste, (inglês - eua, áudio de múltiplas saídas, cores negativas, preto e branco, aprenda a mexer no menu (inglês - eua, zoom de vídeo, digital clean view, busca automática de canais, desligamento automático, legenda, connect share (hdd), connectshare (usb 2.0), epg, game mode sim	un	20

		(modo game automático), idioma (local - brasil - português), compatível com hid usb, ipv6 support, mbr support, sensor ecológico, selo procel ("a"), digital broadcasting (isdb-t), sintonizador analógico (trinorma), data broadcasting (ginga), 4k		
26	32860	Armário roupeiro com 20 portas para vestiário confeccionado em chapa de aço, portas com pitão para cadeado, pintura na cor cinza ou branca, medindo 2.00 x 1.25 x 0.40 , produto novo. <ul style="list-style-type: none"> • modelo – aço • material – aço • quantidade de portas – 20 portas • altura do locker - 2 m • largura do locker - 125 cm • profundidade do locker - 40 cm 	un	20
27	53037	Smartphone com capacidade de armazenamento mínima de 8g, ram, 256 gb, tela 6,5 polegada	un	50
28	52864	Forno industrial a gás de baixa pressão, com cavalete e estrutura em aço inox escovado. Com visores de vidro temperado e sistema de abertura total do vidro tipo guilhotina com contrapeso. Conta com bandeja coletora de resíduos em chapa galvanizada super resistente, placas refratárias e câmara interna com suporte para dois níveis de altura. Equipado com termômetro para controle de temperatura e capacidade mínima de 230 litros	un	2
29	54140	Refil de filtro para purificador esmaltec, puragua, aqua 7.	un	30
30	54147	Refil de filtro para purificador polar sv9000a	un	20
31	37115	Refil de filtro de água- purificador – marca - colomarq	mt	60
32	37116	Refil de filtro de água- purificador – marca – libell acqua flex press side	mt	20
33	54712	Forno industrial elétrico tensão de 220v, potência acima de 4000 w, com cavalete e estrutura em aço inox escovado, com visores de vidro temperado e sistema de abertura total do vidro tipo guilhotina com contrapeso. Com bandeja coletora de resíduos em chapa galvanizada super resistente. Placas refratárias, isolamento térmico em lã de rocha, e câmara interna com suporte para dois níveis de altura. Equipado com termômetro para controle de temperatura e capacidade mínima de 230 litros.	un	2
34	54711	Armário roupeiro com 08 portas para vestiário confeccionado em chapa de aço, portas com pitão para cadeado, pintura na cor cinza ou branca, medindo 2.00 x 1.25 x 0.40 , produto novo. • modelo - aço • material - aço • quantidade de portas – 20 portas • altura do locker - 2 m • largura do locker - 125 cm • profundidade do locker - 40 cm.	un	50
35	52198	Cama hospitalar tipo fawler mecânica-cabeceira e peseira removíveis colchão-	un	8
36	54719	Colchão hospitalar. Espuma 100% poliuretano, revestido em courvin, densidade d-33 ou acima, revestimento impermeável, antialérgico e anti-ácaro. 1,90m x 0,90m	un	7
37	51591	Colchonete produzido em espuma de poliuretano com matéria-prima de alta qualidade, composição da capa em napa, tratamento anti-ácaro e antialérgico, na cor azul, medindo 1,80 cm de comprimento, 60 cm de largura, 4 cm altura e densidade 23 kg/m ³ , alta durabilidade e conforto, que possam ser enrolados,	un	5

		dobrados e acondicionados, sem sofrer nenhum tipo de quebra ou deformação.		
38	51527	Poltrona reclinável hospitalar estrutura em tudo em aço carbono com pintura eletrostática a pó; encosto, assento e descanso para os pés, anatômicos com espuma de alta densidade, com revestidos em courvim (impermeável).dois apoios para braços estofado com espuma de alta densidade com revestimento em courvim (impermeável).encosto, braço,assento e descanso para pé com movimentos simultâneos. movimentos: reclinável permitido quatro posições, acionamento manual através de alavanva lateral, com travamento rápido e fácil. Pés com ponteiros de borracha reguláveis. Acabamento das soldas reforçadas de forma que não possibilite nenhum tipo de exposição futura; pintura eletrostática a pó epóxi, excelente resistência química, tratamento anti-ferruginoso, anti-corrosiva, secagem em estufa, lavados a temperatura de 220°	un	5
39	30468	Biombo em aço/ferro pintado, triplo, com no mínimo 6 rodízios, com tecido em algodão cru, com dimensões mínimas de 1,80 m de altura x 1,75 de largura.	un	12
40	30479	Carro de curativos: especificação material de confecção aço inoxidável acessório(s): balde e bacia	un	2
41	30487	Carro para transporte de materiais diversos: estrutura em aço inox, com duas portas de abrir em aço inox com travas, com mínimo uma prateleira em aço inox, com para-choque de borracha, em toda a volta, com puxadores em aço inox, com 04 rodízios com no mínimo 5 polegadas, sendo 2 giratórios e 2 fixos, com dimensões mínima: c:1000mm, l:600mm, a:800mm.	un	1
42	54715	Caixa/gabinete de aquecimento de soro - aquecedor a seco, termoelétrico, luz interna, vidro temperado, 220v.	un	1
43	54717	Dispositivo de limpeza e secagem para o reprocessamento manual de artigos para área suja da cme com pistola 3 saídas 220v, display alfanumérico para informações sobre o ciclo; bomba auto-aspirante; diluição de detergente, sensores para falta de produtos;pistolas independentes por função e com acionamento manual; regulador de pressão para entrada de água; ar, água e detergente, independentes, sinalizadas e diferenciadas por cores; pistolas em alumínio anodizado.	un	1
44	54720	Kit impressora de etiquetas térmicas + 5 rolos de etiqueta térmica; características da impressora de etiquetas térmicas: método de impressão: térmica sem ribbon; resolução: 203dpi; sistemas operacionais compatíveis: windows, android, ios; velocidade de impressão: 160mm / segundos (máx); interface: usb; tipo de papel: térmico; largura de impressão: 104mm; alimentação: 24vdc, 25ª; características do rolo de etiqueta térmica: tipo de papel: papéis adesivos; forma: retangular; formato das etiquetas: rolo; comprimento x largura: 3 cm x 10 cm (30 x 100mm); tamanho do rolo: 1000 (mil) etiquetas; rolo compatível com a impressora;	kit	1
45	54721	Impressora térmica para etiquetas - interface usb, cortador automático, 220v.	un	1
46	30285	Seladora manual - de pedal / grau cirurgico	un	1

47	30286	Ultrassom odontológico:especificação-jato de bicarbonato integrado possui- modo de operação: digitalcaneta / transdutor do ultrassom autoclavável: possui	un	3
48	52244	Consultório odontológico com cadeira acoplado- 3 posições de trabalho programáveis volta zero automático cabeceira articulada braço fixo pedal joystick móvel caixa de conexões incorporada com mangueiras embutidas estofamento soft laminado posição de emergência (-5º do encosto) articulação do assento e encosto na linha do acetábulo dois motores bosch, isento de óleo. Equipó acoplado 3 terminai braço flex com travamento pneumático 1 seringa tríplice 1 terminal para alta rotação borden 1 terminal para baixa rotação borden sem refrigeração por spray pedal progressivo para acionamento das pontas bandeja única em inox filtro para resíduos sólidos no reservatório de água dos instrumentos sistema antirrefluxo, válvula antirretração. Refletor evolution led plus intensidade de 8.000 a 30.000 lux on/off na base da cadeira puxador bilateral espelho multifacetado com proteção frontal transparente de policarbonato. Unidade auxiliar-rebatível em 90º 1 sugador venturi com ø6,5mm para cânula descartável acionamento da água da cuba no pedal com timer cuba branca em polímero removível	un	2
49	52245	Compressor odontológico / tensão: 220v :: deslocamento teórico: 6pcm / 170l/min;:: pressão de operação;# máxima: 120lbf/pol ² (8,3bar);# mínima: 80lbf/pol ² (5,5bar); unidade compressora;# número de estágios: 1;# número de pistões: 2-v;:: potência do motor: 1hp / 0,75kw;:: número de polos: 4;:: volume do reservatório: mínima de 30litros;:: dimensões: largura: 500mm;# altura: 630mm;# profundidade: 460mm;consumo 30 a 39 l; isento de óleo	un	7
50	30597	Autoclave horizontal de mesa mínimo de 21 litros (até 75 litros) - câmara de esterilização - aço inoxidável-- modo de operação/ digital- capacidade- de 75 litros- acessórios- não possui	un	6
51	54716	Sonar - detector fetal portátil com bateria recarregável com controle de volume digital, saída para fone de ouvido, gabinete abs, cabo transduto.	un	10
52	52206	Desfibrilador bifásico, ecg (eletrocardiograma), bateria removível, dea - desfibrilador externo automático e marca-passo externo. Características técnicas mínimas: uso em pacientes adultos e pediátricos; com alça de transporte; com tela lcd colorido de no mínimo 8 polegadas; tecnologia bifásica; interface em português; bateria interna recarregável, de fácil substituição pelo próprio usuário, sem a necessidade da utilização de quaisquer tipos de ferramentas, com autonomia de, no mínimo 3 horas em modo monitoração ou no mínimo 100 choques em carga máxima (360 j). Tecnologia de checagem em tempo real - ctr: auto diagnóstico que informa antecipadamente se existe qualquer ação de manutenção a ser realizada; tecnologia de prevenção de morte súbita - pms: configuração: cardioversão, desfibrilação, monitorização de ecg 7d, respiração, funções asc, dea/pms e marcapasso; fonte de alimentação 220 v ou bivolt. Desfibrilação: deve permitir a carga de energia máxima em até 08 segundos com uma bateria totalmente carregada. Escala de desfibrilação de até 360 joules -	un	5

		aplicação de choque: por meio de pás (adesivas) multifuncionais ou pás de desfibrilação. Monitoração de ecg: com no mínimo sete derivações (d1, d2, d3, avr, avl, avg e c); com possibilidade de visualização de no mínimo 2 curvas de ecg no display ao mesmo tempo; deve possuir medição da frequência cardíaca de 20 a 300 batimentos por minuto, no mínimo; marca passo externo não invasivo; modos: demanda ou fixo; com ajuste de frequência de estimulação		
53	59103	Carro de emergência- gavetas-suportes para cilindro de soroe desfibrilador-tábua de massagem-régua de tomadas: 4ou 5- possui.	un	3
54	59104	Carro maca simples - material de confecção - grades laterais- aço inoxidável ou alumínio	un	5
55	59105	Maca de transferência (dois carros) - material confeccionado em aço ino. Possui grades laterais e suporte para soro	un	4
56	59106	Cadeira de rodas para obeso- capacidade- braços - pés- de 160 kg a 199 kg- escamoteável- removível	un	4
57	59107	Cadeira para obeso - estrutura-material de confecção- rodízios- braços: aço ou ferro pintado-estofado-possui-possui	un	4
58	59108	Mesa de cabeceira - material de confecção-gaveta-porta: madeira mdp ou mdf- possui-possui.	un	40
59	59109	Carro para transporte de cadáveres- material de confecção aço inoxidável, com tampa	un	2
60	59110	Carro maca avançado- estrutura-leito-elevação: aço - termoplástico ou similar-hidráulica unid	un	40
61	59111	Carro térmico material de confecção-tipo-função-capacidade de bandejas: aço inox- manual ou motorizado- aquece ou refrigera- até 40 bandejas inclusas	un	2
62	59112	Cama comum (não hospitalar)- tipo- material de confecção- acessórios: simples-madeira-colchão	un	20
63	59113	Exaustor de ar industrial -diâmetro mínimo de 500 mm e largura do tambor mínima de 250 mm. Motor blindado mínimo de 0,5 cv - 1750 rpm, mínimo de 4 pás pp com fibra e núcleo em alumínio, 140 m ³ / min - 8400 m ³ / h de vazão, pressão de 15 mmca e ruído máximo de 84 db(a). Alimentação elétrica a definir pela instituição	un	10
64	59114	Incubadora de transporte neonatal - equipamento possui cúpula construída em acrílico transparente, com paredes duplas em toda sua superfície para proteção do paciente contra perda de calor. Base em material plástico, possuir alças para transporte e dois suportes para cilindros de gases medicinais. Porta de acesso frontal e outra porta de acesso lateral, ambas com paredes duplas; possuir portinholas com manga punho e guarnições autoclaváveis em silicone atóxico; 1 portinhola tipo íris para passagem de tubos e drenos. Para-choque que protege todo o perímetro da incubadora. Deve possuir leito removível em material plástico antialérgico com dimensões que permitam adequada ergonomia para cintos de segurança em material macio e resistente, de fácil ajuste. Deve possuir colchão removível, impermeável e de material atóxico e auto-extinguível com espuma com densidade adequada, sem costura, prensada e capa removível. Entrada de oxigênio sem despejo de gás para a atmosfera, permitindo alta eficiência, economia e proteção, acoplada a suporte com altura ajustável, com	un	2

		rodízios e freios. Umidificação através de espuma sob o leito. Iluminação auxiliar com haste flexível para ajuste do foco. Deve possuir filtro de retenção bacteriológico. Painel de controle deve proporcionar a monitorização térmica do ambiente do paciente, possuir controle microprocessado de temperatura de ar do ambiente interno da incubadora e controle de temperatura do neonato mediante um sensor de temperatura de pele. Deve possuir alarmes audiovisuais para falta de energia elétrica e falta de energia da bateria, falta de circulação de ar, alta/baixa temperatura do ar, sensor do rn desconectado, hipotermia/hipertermia, indicação do modo de alimentação, indicação das temperaturas do ar e bateria em carregamento. Deve possuir indicação visual do status ligado/desligado do aparelho; deve possuir bateria recarregável com autonomia de pelo menos 4 horas; carregador automático do tipo flutuante incorporado. Acompanhar o equipamento, no mínimo: carro de transporte tipo maca, com altura ajustável, resistente à choques mecânicos, acoplável à ambulância, 2 cilindros em alumínio tipo d ou e para oxigênio ou ar comprimido com válvula redutora e manômetro, suporte de soro com altura ajustável, prateleira para colocação de periféricos; cabos de ligação, tubo de oxigênio com regulador e fluxômetro, colchonete confeccionado em material atóxico e demais componentes necessários a instalação e funcionamento do equipamento. alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.		
65	59115	Cama hospitalar tipo fawler elétrica estrutura em aço com tratamento antioxidante e acabamento com pintura em epóxi ou material superior com para choques rotativos.. Movimentos mínimos: cabeceira, fawler, dorso,trendelemburg, reverso do trendelemburg, cardíaco, pernas.elevação de altura, membranas integradas nas grades do dorso com acesso interno/externo e comando supervisor móvel na peseira. Grades laterais articuláveis e fabricadas em polietileno ou material compatível, com altura min.de 390mm, deslocamento transversal da descida max. De 70mm, indicador de inclinação de dorso e trendelemburg, regressão abdominal mín. De 100mm.cabeceira e peseira com travas de segurança fabricadas em polipropileno ou material similar, com rota de fulga para paciente. Dimensões internas mínimas de 1960mm de comprimento e largura de 860mm.altura mínima de elevação max. De 390mm com indicador luminoso.grau de proteção da cama ipx4 e grau de proteção individual dos motores ip66. Circuito de comando digital e fonte integrada em uma mesma unidade.certificado de conformidade iec-60601-2-52 iec-60601-1 ou normas brasileiras equivalentes. Acionamento através de controle remoto a fio ou teclado de membrana localizado nas grades/peseira.rodízios de no mínimo 125mm, totalmente em material plástico com freios individuais..capacidade de carga de no mínimo 220kg. Acompanha colchão mínimo densidade 28, capa impermeável e livre de látex.alimentação bivolt automática.	un	5
66	59116	Ventilador pulmonar pressométrico e volumétrico - ventilador pulmonar mecânico portátil para uso domiciliar em pacientes	un	2

		pediátricos e adultos. Deve possuir pelo menos os seguintes modos ventilatórios: ventilação mandatória intermitente, ventilação com suporte, pressão positiva contínua nas vias aéreas - cpap, ventilação invasiva, ventilação não invasiva. Apresentar no mínimo os seguintes parâmetros: volume corrente, pressão inspiratória, frequência respiratória. Possuir controle e ajuste para pelo menos os parâmetros com as faixas: pressão de suporte de no mínimo entre 0 a 30cm h ₂ o, volume corrente entre: 50 a 2500ml, ipap de no mínimo entre: 4 a 50cm h ₂ o, epap entre: 0 a 25cm h ₂ o, cpap entre: 4 a 20cm h ₂ o, peep de no mínimo entre: 0 a 20cm h ₂ o. Bateria com autonomia de no mínimo 8 horas. Acompanhar no mínimo: umidificador, circuito paciente pediátrico/adulto, válvula de exalação, máscara pediátrico/ adulto, nobreak compatível com o equipamento. Voltagem bivolt.		
67	59117	Poltrona para doação de sangue - sistema de acionamento dos movimentos por motores elétricos com controle remoto a fio, com unidade de bateria recarregável. Movimentos do dorso e pernas independentes. Rodízios com freios. Base construída em tubo de aço. Leito dividido em 3 partes sendo, dorso, assento e pernas. Estofado anatômico construído em espuma com revestimento em courvim. Apoio para os braços com extensão em todo antebraço, eleváveis com regulagem de altura. Capacidade mínima de 110kg..	un	2
68	59118	Sofá cama hospitalar dimensões cama interna revestimento: comprimento de 196 até 220 cm courvin	un	4
69	59119	Poltrona hospitalar mat. De confecção assento e encosto capacidade reclinção:aço ou ferro pintado estofado courvin até 120 kg acionamento manual	un	40
70	59120	Aparelho de anestesia com monitor multiparâmetros - equipamento microprocessado para atender pacientes neonatais, pediátricos, adultos e obesos mórbidos. Estrutura em material não oxidante; com prateleira para suporte de monitores; gavetas e mesa de trabalho; com rodízios giratórios, sendo no mínimo 02 com travas. Com sistema de auto teste ao ligar o equipamento com detecções de erros, falhas de funcionamento, etc. Com sensor de fluxo único universal para pacientes adultos a neonatos; com possibilidade do uso de sensor de fluxo autoclavável. Válvulas para controle de fluxo e pressão com sistema de segurança para proteger o paciente de pressão e fluxos inadequados. Rotâmetro composto por fluxômetro com escalas para alto e baixo fluxo de pelo menos para oxigênio (o ₂) e óxido nitroso (n ₂ o), podendo ser uma única para ar comprimido ou com monitoração digital com entrada para oxigênio (o ₂), ar comprimido e óxido nitroso (n ₂ o). Sistema de segurança para interromper automaticamente o fluxo de n ₂ o, na ausência de o ₂ ; vaporizador do tipo calibrado de engate rápido, permitir acoplamento de 02 vaporizadores e com sistema de segurança para o agente selecionado (se ofertado sistema que permite o acoplamento para 01 vaporizador, deverá ser entregue suporte para acoplar o segundo vaporizador). Sistema de circuito paciente de rápida montagem e desmontagem pelo operador e passível de esterilização; traquéias, válvulas, circuitos respiratórios, canister e sistema de entrega de volume, autoclaváveis; canister para armazenagem de cal sodada;	un	2

		possibilidade de sistema de exaustão de gases; válvula apl graduada; ventilador eletrônico microprocessado, com display lcd com tela colorida. Modos ventilatórios mínimos: ventilação manual; ventilação com respiração espontânea sem resistência do ventilador; ventilação controlada a volume e ciclada a tempo (vcv); ventilação controlada a pressão e ciclada a tempo (pcv); ventilação mandatória intermitente sincronizada (simv). Controles ventilatórios mínimos: volume corrente; pressão; frequência respiratória; relação i:e; pausa inspiratória; peep. Alarmes de alta e baixa pressão de vias aéreas; apnéia; volume minuto alto e baixo; alto e baixo fio2; falha de energia elétrica. Monitoração numérica de pressão de pico, média, peep e gráfica da pressão das vias aéreas; monitoração de frequência respiratória, volume corrente, volume minuto e fração inspiratória. Alimentação elétrica bivolt automático e bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Deverá acompanhar o equipamento, no mínimo: 02 circuitos para pacientes, sendo 01 tamanho adulto e 01 tamanho infantil, autoclaváveis. 01 balão para ventilação manual adulto, 01 balão para ventilação manual infantil. 01 vaporizador calibrado de sevoflurano; 04 sensores de fluxo; 03 mangueiras de no mínimo 4,5 metros, sendo uma para oxigênio, uma para óxido nitroso e uma para ar comprimido e demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento. Monitor multiparâmetro para uso em pacientes neonatais, pediátricos a adultos. Pré-configurado com no mínimo monitorização de ecg, respiração, saturação de o2, pressão não-invasiva, temperatura, capnografia e pressão invasiva. Monitor com display colorido em lcd de no mínimo 10 polegadas. Deverá monitorar co2, no2 e gases anestésicos diretamente no monitor ou em módulo a parte. Deverá acompanhar todos os acessórios mínimos e demais acessórios para o perfeito funcionamento do equipamento. Deve possuir bateria interna com autonomia de pelo menos 30 minutos. Alimentação elétrica a ser definida pela entidade solicitante.		
71	30482	Carro maca simples: confeccionado em aço/ferro pintado, com grades laterais, com suporte para soro, com colchonete revestido com material impermeável, com cabeceira regulável manual, rodízio de 5``, dimensões mínimas 1,90x 0,55x 0,85m, cor branco.	un	1
72	32535	Nobreak- potencia mínima de 2.0 kva até 2.2 kva- bateria selada- autonomia mínima de 10 minutos- tensão de entrada bivolt vac- monofásica fnt- tensão de saída de 115 ou 220 vac- monofásica fnt- saída senoidal de baixa distorção harmônica	un	7
73	47615	Impressora laser com velocidade máxima em preto 21 (ppm), impressão com resolução (máxima) em dpi até 2400 x 600 dpi, volume máximo de ciclo mensal 10000 páginas, interfaces usb, capacidade da bandeja de papel de 150 folhas, memória padrão 1 mb, capacidade de saída do papel 50 folhas, velocidade do processador 200 mhz. Não utilize toner com chip.	un	2
74	36471	Foco refletor ambulatorial característica física especificação iluminação led haste flexível especificação	mt	5

75	50225	Balde a pedal -material de confecção capacidade-aço inox de 30l até 49l	un	5
76	30551	Geladeira/refrigerador: uma porta, cor branca, capacidade total mínimo de 250-299litros	un	1
77	30472	Cadeira em aço/ferro pintado, sem braços, com rodízios, sem regulagem de altura, assento/encosto em material de polipropileno	un	13
78	30460	Balde para lixeira: especificação-capacidade de 11 a 20 litros; -material de confecção- aço/ferro	un	5
79	30606	Cadeira de rodas pediátrica: especificação material de confecção aço / ferro pintado braços fixos pés removíveis elevação de pernas: possui suporte de soro: possui	un	3
80	23785	Bebedouro / purificador elétrico de parede com duas temperaturas de água, que atende uma demanda de 100 pessoas diárias. Bivolt, 220 w.	un	1
81	47641	Tablet com uma tela de 9.6 polegadas ou superior, capacidade padrão da bateria 5000 mah, 16gb ou superior, android 4.2 ou superior, suporte à modem 3g, wi-fi e entrada micro sd, espessura de 8.5 mm, peso 490 gramas.	un	6
82	47958	Projektor 100 w led refletor led 100 w: tensão (v) 220; potência (w): 100; temp. Cor (k): 5.500; irc (%): >70; fluxo luminoso (lm): 10.000; ip65 dimensão (mm): comprimento: 290 altura: 278 largura: 70.	un	1
83	30622	Eletrocardiógrafo: especificação número de canais 12 bateria interna possui; tela lcd : não possui memória: possui suporte com rodízios: não possui laudo interpretativo: possui software para exame em computador: não possui acessórios: no mínimo 01 cabo de ecg	un	10

As unidades e especificações de itens presentes na tabela são justificadas com base nos seguintes critérios, **justifica que são as unidades de medida parametrizadas para compras no território nacional.**

Salientamos que após os levantamentos realizados, constatou-se a necessidades de Contratação de empresa especializada em eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, consumo sendo elaborada uma planilha com a relação aos itens essenciais já cometidos para processo licitatório por meio de sistema de registro de Preço no sentido de suprir as demandas precípuas do ano em curso da Secretaria Municipal de Saúde e também seus departamentos vinculados.

A relação dos materiais e quantitativos estão descritos no Termo de Referência distribuídos em 83 itens.

8 - ESTIMATIVA DE VALORES

Estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução

escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) é o seguinte: será realizado pelo Departamento de compras da Prefeitura de Piracanjuba/GO, nos moldes estipulado no art. 23, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Importante a continuação dos trabalhos prestados para melhor andamento dos Setores, já que são produtos utilizados nas atividades diárias da presente Secretaria, bem como nos Programas e Projetos Federais desenvolvidos.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com as Aquisições são:

Justificamos a necessidade de abertura de processo licitatório destinado a aquisição de CÂMARA REFRIGERADA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNUBILÓGICOS, objeto deste termo, pela necessidade de cumprir com urgência a Resolução 37/2020 Art. 2º apresentada ao município no Relatório nº 85/2024 SES/RS CS - 14644 (anexo) para adequação e estruturação da Sala de Vacina Municipal. Sendo tal câmara refrigerada junto a ANVISA de forma a garantir a excelência na execução do serviço oferecido pela Sala de Vacina do Centro Municipal de Saúde.

Destacamos que a aquisição da câmara de refrigeração objetiva a conservação e armazenamento dos imunobiológicos ofertados a população do município, oriundos da Rede de Frio Estadual e que devem estar conservados em temperatura entre 2ºC e 8ºC para manter sua qualidade e eficácia sem desvios de qualidade devido a oscilação de temperatura para baixo ou acima do recomendado pelos fabricantes dos imunobilógicos e conforme recomendações de normas técnicas e manuais do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde para que não ocorra assim, risco de perda dos imunobilógicos ou comprometimento da potência imunogênica destes.

- Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, para adequação e modernização da Unidades de Saúde para melhor atender as necessidades da população.

A aquisição destes será de suma importância para a unidade supracitada, principalmente porque muitos equipamentos e móveis encontram-se desgastados devido ao uso contínuo.

Considerando a importância das rotinas administrativas da Secretaria Municipal da Saúde de Piracanjuba-GO, e o bom andamento do serviço público, a presente aquisição faz-se necessária para atender à necessidade da Secretaria Municipal da Saúde de Piracanjuba e suas Unidades de Saúde (CAPS- EMAD- ATENÇÃO BÁSICA- SAMU- CENTRO DE Atendimento Infantil- Equoterapia- Centro De Especialidades Clínicas- Centro De Especialidades Odontológicas- Atenção Básica- Vigilância Em Saúde- Hospital Municipal Thuanny Garcia Ribeiro- Academia Da Saúde.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para fins de melhorias quanto ao alcance do objetivo pretendido, os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis, visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, adquiridos serão recebidos e acondicionados de forma a manter a sua qualidade até que sejam efetivamente utilizados, quanto à forma correta de manuseio e armazenamento.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Os principais impactos ambientais dos equipamentos e material permanente adquiridos, podem estar associados tanto ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos equipamentos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso.

Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, em como as leis e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

Que os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Justificativa da Viabilidade:

A aquisição de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

Justificamos a necessidade de abertura de processo licitatório destinado a aquisição de câmara refrigerada para conservação de imunobiológicos, objeto deste termo, pela necessidade de cumprir com urgência a Resolução 37/2020 Art. 2º apresentada ao município no Relatório nº 85/2024 SES/RS CS – 14644 (anexo) para adequação e estruturação da Sala de Vacina Municipal. Sendo tal câmara refrigerada junto a ANVISA de forma a garantir a excelência na execução do serviço oferecido pela Sala de Vacina do Centro Municipal de Saúde.

Destacamos que a aquisição da câmara de refrigeração objetiva a conservação e armazenamento dos imunobiológicos ofertados a população do município, oriundos da Rede de Frio Estadual e que devem estar conservados em temperatura entre 2°C e 8°C para manter sua qualidade e eficácia sem desvios de qualidade devido a oscilação de temperatura para baixo ou acima do recomendado pelos fabricantes dos imunobiológicos e conforme recomendações de normas técnicas e manuais do Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde para que não ocorra assim, risco de perda dos imunobiológicos ou comprometimento da potência imunogênica destes.

- Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis visando atender as necessidades de adequação e estruturação da Sala de Vacina vinculada Atenção Primária à Saúde e as Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde.

A aquisição destes será de suma importância para a unidade supracitada, principalmente porque muitos equipamentos e equipamentos encontram-se desgastados devido ao uso contínuo

Considerando a importância das rotinas administrativas da Secretaria Municipal da Saúde de Piracanjuba-GO, e o bom andamento do serviço público, a presente aquisição faz-se

necessária para atender à necessidade da Secretaria Municipal da Saúde de Piracanjuba e suas Unidades de Saúde (CAPS- EMAD- ATENÇÃO BÁSICA- SAMU- Centro De Atendimento Infantil- Equoterapia- Centro De Especialidades Clínicas- Centro De Especialidades Odontológicas- Atenção Básica- Vigilância Em Saúde- Hospital Municipal Thuanny Garcia Ribeiro- Academia Da Saúde.

15- ANEXOS

Não há anexos.

16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Marcella Marques Cavalcante
Secretária Municipal de Saúde
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Matrícula nº 51496257

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

TIPO: Menor Preço por item

OBJETO: A presente licitação tem por objeto registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário, destinados à adequação, estruturação e melhoria da Sala de Vacina, vinculada à Atenção Primária à Saúde, bem como ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO.

Dados a constar na proposta Preenchimento pelo proponente:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:
Representante Legal:
CPF do Representante:

a) Declaro que nos preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviços do objeto da presente licitação.

b) Declaramos, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

c) Declaramos, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura

Municipal de Piraçanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Item	Especificação	Qtd	Marca/ Modelo	Und	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL DA PROPOSTA ----- R\$						

Validade da Proposta:.....

Condições de pagamento:.....

Prazo para execução:.....

Data: ____/____/____

**Assinatura do representante legal da empresa, sobre carimbo, nome e número da
identidade do responsável.**

***Obs.: Este documento é meramente exemplificativo devendo ser apresentado em
papel timbrado da empresa licitante***

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

**À Pregoeira Oficial do Município de Piracanjuba
Pregão Eletrônico nº 10/2026**

Senhora Pregoeira,

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu Representante Legal/ Procurador Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ infra-assinado, para os fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 10/2026**:

a) Declara, sob pena de inabilitação, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

b) Declara, sob pena de inabilitação, que atende ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 07º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declara, sob pena de inabilitação, que os preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviços do objeto da presente licitação.

d) Declara, sob pena de inabilitação, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

e) Declara, sob pena de inabilitação, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou

atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

f) Declara, sob pena de inabilitação, que a proposta apresentada para fins de participação nesta licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial, quanto a participar ou não da referida licitação, que o conteúdo da proposta apresentada para participar, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de Prefeitura Municipal de Piracanjuba antes da abertura oficial das propostas; e que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

g) Declara, sob pena de inabilitação, sob as penas da Lei, que se responsabiliza pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas para participação nesta licitação.

h) Declara, para fins de participação neste Pregão Eletrônico, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

i) Declara, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

..... (local), ... de de(data)

(Nome e assinatura do representante legal da licitante Carimbo de CNPJ se houver)

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

À Pregoeira Oficial do Município de Piracanjuba
Pregão Eletrônico nº 10/2026

Item	Descrição	Qtd	Marca	Recursos Humano	Impostos, Obrigações Socias E Trabalhistas	Lucro	Outras Despesas	VI.Unit	VI.Total

..... (local), ... de de(data)

(Nome e assinatura do representante legal da licitante Carimbo de CNPJ se houver)

Obs.: Este documento é meramente exemplificativo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO VI

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Sistema de Registro de Preços para parcelada, eventual e futura aquisição de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário, destinados à adequação, estruturação e melhoria da Sala de Vacina, vinculada à Atenção Primária à Saúde, bem como ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Processo nº 163318/2025

Pregão Eletrônico nº 10/2026

Validade: 1 (um) ano, podendo ser prorrogado nos termos da LLC 14133/2021.

No dia ___ de _____ de 2026, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRACANJUBA**, Estado de Goiás, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Perimetral, esquina com a Avenida Antônio Batista Arantes, Setor Norte – Piracanjuba/GO, inscrito no CNPJ sob o nº 01.753.396/0001-00, através da Secretaria Municipal Saúde de Piracanjuba/GO, representada pela atual Gestora **Sra. Selma do Socorro Lemes Manzi Justus**, inscrita no CPF sob o nº 267.408.341-72, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para registro de preços, processo administrativo nº 163318/2025, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2025 e no Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo tem por objeto registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de eletrodomésticos, equipamentos

hospitalares e mobiliário, destinados à adequação, estruturação e melhoria da Sala de Vacina, vinculada à Atenção Primária à Saúde, bem como ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO.

I. Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

DADOS DA EMPRESA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	CPF do Representante:

II. A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

CLÁUSULA SEGUNDA: O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, prestadores e as demais condições ofertadas na nas propostas são as que se seguem:

EMPRESA _____, Pessoa Jurídica, devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na _____, Fone: _____, E-mail: _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, vencedora dos itens abaixo relacionados:

Item	Descrição Item/Objeto	Marca/ Modelo	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR ----- R\$						
VALOR TOTAL DO CERTAME ----- R\$						

I. Importa-se a presente licitação na importância total de **R\$ _____ (_____)**.

II. A listagem do cadastro reserva referente ao presente registro consta no Anexo Único da presente Ata de Registro de Preços.

DA DOTAÇÃO E RECURSOS

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias afeta aos órgãos, a saber:

Centro de Custo	55.00.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.122.2826.2169
Elemento	4.4.90.52 - Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 - Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos 30 - Máquinas e Equipamentos Energéticos 33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 - Equipamentos de Processamento de Dados 42 - Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	280 / 102.0 - 137.0
Centro de Custo	55.04.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.301.2826.2170
Elemento	4.4.90.52 - Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 - Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 - Equipamentos de Processamento de Dados 42 - Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	287 / 107.08 - 137.0
Centro de Custo	55.07.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.301.2826.2180
Elemento	4.4.90.52 - Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 - Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 - Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 - Equipamentos de Processamento de Dados 42 - Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	305 / 107.0 - 137.0
Centro de Custo	55.03.00000

Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2171
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	312 / 107.0 - 107.17 – 137.0
Centro de Custo	55.06.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2176
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	318 / 107.20 – 137.0
Centro de Custo	55.05.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.303.2826.2174
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	330 / 107.0 – 137.0
Centro de Custo	55.02.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.304.2826.2172
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	342 / 107.15 – 137.0

DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

CLÁUSULA QUARTA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA: No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

I. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA SEXTA: O contrato decorrente da Ata de Registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA: Na formalização de contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

CLÁUSULA OITAVA: A contratação com os prestadores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforma artigo 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. O instrumento contratual de que se trata a cláusula oitava deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA: Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA: Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos prestadores que:

a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais ao adjudicatário, observada a ordem de classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

II. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos prestadores registrados na ata.

III. O registro a que se refere o inciso II, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

IV. Para fins de ordem de classificação, os licitantes ou prestadores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva a que se refere a alínea “b” do inciso I, da cláusula décima, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições previamente estabelecidos.

II. Quando houver cancelamento do registro de preços do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízos das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital e observado o disposto na cláusula décima primeira, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a cláusula décima, inciso I, alínea “b”, aceitar a contratação nos termos do inciso anterior, a Administração observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos publicitados, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção do preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A existência de preços registrados implicará compromisso de prestação de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para locação pretendida, desde que devidamente justificada.

DAS ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II. Na hipótese prevista no inciso anterior, o gerenciador convocará os prestadores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou prestadores que tiveram seu registro cancelado.

III. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

IV. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

I. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

II. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

III. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do inciso anterior, o gerenciador convocará os prestadores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

IV. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no inciso I o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

VI. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva

alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: O remanejamento somente poderá ser feito:

- I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no artigo 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da

compra centralizada, nos termos da cláusula vigésima terceira, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

III. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a locação ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: O prazo de que trata a cláusula anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos da cláusula vigésima nona.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata a cláusula trigésima quarta, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA: O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024, bem como o Edital do Pregão Eletrônico Registro de Preços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, conforme o Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no próximo capítulo desta ata, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA: O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA: O cancelamento de registros nas hipóteses previstas na cláusula quadragésima primeira será formalizada por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA: O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 08 de janeiro de 2024.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA: Compete ao órgão Gestor:

I. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Órgão gerenciador do Sistema de Registro de preços, nos termos do Decreto Municipal nº 17, de 2024.

II. O órgão acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixados do valor máximo a ser pago pela administração.

a) O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os prestadores e seus respectivos serviços registrados.

III. Optar pela contratação ou não dos bens decorrentes do Sistema de Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para locação de item, respeitada a legislação relativas às licitações, em que caiba recurso ou indenização.

IV. Dilatar o prazo de vigência de registro de preços “de ofício” através de termo aditivo, com a publicação na mesma forma da Ata de Registro de Preços originária, observando o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

V. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de forma maior devidamente justificado no processo.

VI. Emitir autorização de compra.

VII. Dar preferência de contratação com o detentor de registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.

CLÁSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA: Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

I. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no Edital.

II. Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições.

III. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas a prestação de serviços, inclusive encaminhado ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada.

a) Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ocorrências ao órgão gerenciador.

IV. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA: Compete ao compromitente da Ata:

I. Entregar os objetos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos, e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de prestação de serviços fixada na proposta de preços de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidas pelo Órgão usuário da Ata de Registro de Preços.

II. Manter durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

III. Substituir os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

IV. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos nesta Ata de Registro de Preços.

V. Atender a demanda dos órgãos ou entidades usuários, durante a fase de negociação de revisão de preços, com preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.

VI. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão.

VII. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a administração optar pela contratação dos serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

VIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

IX. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e nesta Ata de Registro de Preços.

DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA: A entrega dos eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis será em até 05 (cinco) dias úteis no Município de Piraçanjuba, na Sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada no endereço Rua Perimetral, esquina com a Avenida Antônio Batista Arantes, Setor Norte – Piraçanjuba/GO, nos horários: 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 os quais estarão designados na Ordem de Prestação de serviços, sem qualquer ônus adicional, tais como: transporte, alimentação e hospedagem.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA: Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis serão recebidos:

I. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

II. Definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso II não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

b) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligência para aferição do atendimento das exigências contratuais.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA: Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e móveis deste contrato serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, após a assinatura e publicação do instrumento contratual, e apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA: A não execução do objeto desta Ata de Registro de preços será motivo de aplicação das penalidades previstas nesta, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA: Não serão aceitos produto de baixa qualidade, sem resistência de uso, fora de padrões ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possa frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.

DO PAGAMENTO

CLÁSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA: A forma de pagamento será de até 30 (trinta) dias, após a protocolização da Nota Fiscal, entregues na Secretaria Municipal de Saúde de

Piracanjuba/GO, com sede na Rua Perimetral, esquina com a Avenida Antônio Batista Arantes, Setor Norte – Piracanjuba/GO.

I. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, de Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao licitante para emissão de Nota Fiscal no que pertine a parcela incontroversa da execução do objeto para efeito de liquidação e pagamento.

II. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

III. O pagamento via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela Contratada, que deverá indicar na Nota Fiscal Eletrônica o banco, número da conta corrente e agência com a qual opera. O órgão gerenciador não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

IV. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão devolvidos a licitante para correções necessárias, não respondendo o órgão gerenciador por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da licitante. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a administração.

V. A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Prestadores da Prefeitura para verificação da situação da licitante em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

VI. O pagamento será efetuado pelo total do item fornecido, constante da ordem de prestação de serviços, acompanhada da Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA: Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. o prazo de validade;
- II. a data da emissão;
- III. os dados da Ata de Registro de preços e do órgão contratante;
- IV. o período respectivo de execução da Ata de Registro de Preços;
- V. o valor a pagar; e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA: As omissões desta Ata e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2026 e a proposta apresentada pela licitante, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre a da proposta.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA: O presente registro decorre de adjudicação à Promitente Contratada dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Eletrônico nº 10/2026, conforme decisão da Agente de Contratação/ Pregoeira do Município, lavrada em Ata de Sessão Eletrônica datada de __ de _____ de 20__, e Termo de Homologação exarado pela atual Gestora.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA: Caberá a Secretaria Municipal de Saúde de Piraçanjuba/GO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

DO FORO

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de Piraçanjuba, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta Ata, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Prefeitura de
PIRACANJUBA
TRABALHANDO PELO FUTURO

**Departamento
de Licitação**

Piracanjuba/ GO, aos ____ dias do mês de _____ de 20__

Contratante

Contratada

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº _____/2026

Contrato que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRACANJUBA** e a Empresa _____, na forma abaixo:

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRACANJUBA, Pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.753.396/0001-00, com sede na Rua Perimetral, esquina com a Avenida Antônio Batista Arantes, Setor Norte – Piracanjuba/GO, neste ato representado por sua atual Gestora, **Sra. Selma do Socorro Lemes Manzi Justos**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 267.408.341-72, residente e domiciliada nesta cidade, podendo ser localizada na sede do Município, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**.

CONTRATADO: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, Fone: _____, E-mail: _____, neste ato representado pelo (a) Sr. (a), _____, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº _____, residente em _____, podendo ser localizado(a) na sede da empresa, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**.

O **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, acima especificados, têm entre si ajustados o presente Contrato de Fornecimento, conforme autorização constante do Pregão Eletrônico nº 10/2026 e do Despacho Homologatório expedido em __ de _____ de 20__, Processo Administrativo nº 163318/2025 regulado pelos preceitos de direito público e especialmente pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e demais legislação aplicável, bem como mediante as seguintes Cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto, sem custos além dos previstos, neste instrumento, o fornecimento de eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário, destinados à

adequação, estruturação e melhoria da Sala de Vacina, vinculada à Atenção Primária à Saúde, bem como ao atendimento das demandas das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, conforme especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência e condições deste Contrato.

1.2 Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, o Termo de Referência, o Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2026 a Proposta de Preços Realinhada do Contratado e/ou Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços e outros documentos utilizados no julgamento da respectiva licitação, sendo vinculado o Edital a este Contrato, conforme inciso I e II, do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO E DO PREÇO

2.1 O **CONTRATANTE** se obriga a pagar à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto do presente contrato, os preços conforme abaixo especificados:

Item	Descrição	Marca/ Modelo	QTD	UND	Valor Unitário	Valor Total
TOTAL DO FORNECEDOR -----					R\$ XXXX, XX	

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é _____ contados a partir da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do artigo 94, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, com renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos termos dos artigos 106 e 107, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021

I. A prorrogação que se trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração Pública, permitida a negociação com o contratado.

3.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante prorrogação contratual.

3.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO

4.1 Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário deverão serem entregues em até 05 (cinco) dias úteis, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, situada na Rua Perimetral, esquina com a Avenida Antônio Batista Arantes, Setor Norte – Piracanjuba/GO, nos horários das 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas conforme determinação dada através de Requisição/Solicitação/Ordem de Fornecimento pela requisitante, sem ônus adicionais, tais como: transporte, alimentação, etc.

4.2. Os eletrodomésticos, equipamentos hospitalares e mobiliário serão recebidos:

I. Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do instrumento contratual, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

II. Definitivamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o inciso II não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

b) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligência para aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.3 O objeto deste contrato será solicitado conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO, após a assinatura e publicação do Contrato, e apresentação

de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

4.4 A não execução do objeto deste contrato será motivo de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5 Não serão aceitos produto de baixa qualidade, sem resistência de uso, fora de padrões ou que contenham quaisquer outras circunstâncias que possa frustrar o bom desempenho e as expectativas da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E PRECIFICAÇÃO

5.1 A forma de pagamento será de até 30 (trinta) dias, após a protocolização da Nota Fiscal, entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Perimetral, esquina com a Avenida Antônio Batista Arantes, Setor Norte - Piracanjuba/GO.

I. Sendo o valor total do contrato de R\$ _____ (_____).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos fornecidos

5.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, de Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertinente a parcela incontroversa da execução do objeto para efeito de liquidação e pagamento.

5.5 Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

5.6 O pagamento via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela Contratada, que deverá indicar na Nota Fiscal Eletrônica o banco, número da conta corrente e agência com a qual opera. A Contratante não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

5.7 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/ Fatura, serão devolvidos a Contratada para correções necessárias, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da Contratada. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.8 A liberação do pagamento ficará condicionada a consulta prévia ao Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura para verificação da situação da Contratada em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas também no processo licitatório, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

5.9 O pagamento será efetuado pelo total do item fornecido, constante da ordem de fornecimento, acompanhada da Nota Fiscal.

5.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I.** o prazo de validade;
- II.** a data da emissão;
- III.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV.** o período respectivo de execução do contrato;
- V.** o valor a pagar; e
- VI.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do inciso V, do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

6.5 Na aferição final, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente definitivo.

6.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado por legislação então e vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Contratante, nos termos dos incisos X, XI e XIV do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VII. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX. A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

X. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.

XI. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, nos termos dos incisos XIV, XVI e XVII do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021:



I. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

II. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

III. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (inciso II, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

IV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 10 (dez) dias, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

V. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VI. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VII. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

VIII. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

IX. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

X. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XI. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (artigo 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (§ único, do artigo 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

XIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea “d”, do inciso II, do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

XV. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- II.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III.** der causa à inexecução total do contrato;
- IV.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII.** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da lei nº 12.846/13.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 2º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III” e “IV” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§ 4º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos “V”, “VI”, “VII” e “VIII” do subitem acima deste Contrato, bem

como nos incisos “II”, “III” e “IV”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) Moratória de 1,5 (um vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

b) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

c) Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto, avaliada a gravidade e o prejuízo causada pela infração cometida, aplicando-se os Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (§ 9º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§ 7º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§ 8º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

I. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8 Na aplicação das sanções serão considerados (§ 1º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- I.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** as peculiaridades do caso concreto;
- III.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** os danos que dela provierem para o Contratante;
- V.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).

9.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

I. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3 O contrato também será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.4 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

I. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

II. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Conforme os artigos 138 e 139, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.7 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

10.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput, do artigo 131, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV, do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual, na dotação abaixo discriminada:

Centro de Custo	55.00.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.122.2826.2169
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	280 / 102.0 -137.0
Centro de Custo	55.04.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.301.2826.2170
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	287 / 107.08 - 137.0
Centro de Custo	55.07.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.301.2826.2180
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados

	42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	305 / 107.0 - 137.0
Centro de Custo	55.03.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2171
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	312 / 107.0 - 107.17 – 137.0
Centro de Custo	55.06.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.302.2826.2176
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	318 / 107.20 – 137.0
Centro de Custo	55.05.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.303.2826.2174
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	330 / 107.0 – 137.0
Centro de Custo	55.02.00000
Função/ Programa/ Ação	55.82.10.304.2826.2172
Elemento	4.4.90.52 – Equipamentos e Materiais Permanentes
Subelemento	8 – Aparelhos, Equipamentos, Médico-Odonto, Laboratorial e Hospitalar 12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos 33 – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto 34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos 35 – Equipamentos de Processamento de Dados 42 – Mobiliário em Geral
Ficha/ Fonte	342 / 107.15 – 137.0

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (artigo 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao caput, do artigo 91,

da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao § 2º, do artigo 8º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c o inciso V, do § 3º, do artigo 7º, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

15.3 As comunicações entre o contratante e o(a) contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O contratante poderá convocar o representante do(a) contratado(a) para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

15.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

15.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

15.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.9 O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do(a) contratado(a), acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

15.10 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

15.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

15.13 O gestor do contrato e os fiscais do contrato na execução das suas atividades deverão observar as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

15.14 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) contratado(a), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Piracanjuba/GO, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Contrato, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente termo, lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinam as partes abaixo:

Piracanjuba, aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2026

Contratante

Contratada

Testemunha:

01)

02)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

ANEXO VIII

MATRIZ DE RISCO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Piracanjuba/GO.

2. FINALIDADE DA MATRIZ DE RISCO

A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e alocar os riscos inerentes à execução contratual, nos termos do art. 22 e art. 103 da Lei nº 14.133/2021, promovendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3. MATRIZ DE RISCO

Risco Identificado	Descrição	Probabilidade	Impacto	Medidas Mitigadoras	Responsável
Atraso na entrega	Fornecedor não cumprir prazos estabelecidos	Média	Alto	Previsão de penalidades contratuais e acompanhamento rigoroso	Contratada
Entrega de produtos fora da especificação	Produtos em desacordo com o edital	Média	Alto	Fiscalização e recusa no recebimento	Fiscal do Contrato
Baixa qualidade dos materiais	Produtos com durabilidade inferior	Baixa	Alto	Exigência de garantia e certificações	Contratada

Danos no transporte	Avarias durante a entrega	Média	Médio	Transporte adequado e conferência no recebimento	Contratada
Descontinuidade de fabricação	Produto deixa de ser fabricado	Baixa	Médio	Aceitação de equivalente técnico	Administração
Falta de assistência técnica	Ausência de suporte pós-entrega	Baixa	Alto	Exigir rede autorizada e garantia	Contratada
Erro no planejamento da demanda	Quantitativos insuficientes ou excessivos	Média	Médio	Planejamento prévio e uso de histórico de consumo	Administração
Problemas orçamentários	Falta de recursos para execução	Baixa	Alto	Reserva orçamentária adequada	Administração

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Matriz de Risco não exclui a responsabilidade das partes quanto ao cumprimento das obrigações contratuais. Ela tem por objetivo promover o equilíbrio contratual, aumentar a eficiência da contratação e mitigar possíveis falhas na execução do objeto, conforme princípios da Lei nº 14.133/2021.